

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA



SUSTENTABILIDADE

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS/BA

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

2017

DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa

DIRETORA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Bela. Manuela Affonso Ferreira Maciel

COMISSÃO GESTORA DO PLS/BA

Seção de Comunicação Social – Rita Auxiliadora Miranda Franco Cardoso

Seção de Modernização Administrativa – Eduardo José Santiago da Silva

Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental - Ana Marta Abreu Meirelles

Núcleo de Tecnologia da Informação – Álvaro Antônio Brito Reis

Setor de Benefícios Sociais – Maria da Conceição Moura Oliveira Moraes

Seção de Administração de Material – Emílio Paim Otero

Seção de Administração de Patrimônio – Kátia Fernandes Pereira

Seção de Serviços Gerais – Isabel Cristina Lemos de Souza

Seção de Engenharia – Vinicius Gama Costa

Seção de Compras – Maristela Lima de Amorim

Subseção de Judiciária de Alagoinhas – Maria Thereza Mafra Chukr

Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa – Sérgio Pereira Assunção

Subseção Judiciária de Barreiras – Luiz Carlos dos Santos Barreto

Subseção Judiciária de Campo Formoso – Fabrício Pinheiro Dias

Subseção Judiciária de Eunápolis – Eduardo Matheus Teixeira Filho

Subseção Judiciária de Feira de Santana – Suzanna Karla Silva do Nascimento

Subseção Judiciária de Guanambi – Vitor Carmezim Sanches
Subseção Judiciária de Ilhéus – Murilo Oliveira Nascimento
Subseção Judiciária de Jequié – Rozânio Gomes de Lima
Subseção Judiciária de Juazeiro – Waldner de Arruda Maribondo
Subseção Judiciária de Irecê – Mabel Nascimento Pereira
Subseção Judiciária de Itabuna – Henrique Augusto Beltrão Carneiro
Subseção Judiciária de Paulo Afonso – Luciano Senna Molina
Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas – Geraldo Carlos Carvalho Santos Júnior
Subseção Judiciária de Vitória da Conquista – Vespasiano Oliveira Coqueiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
AÇÕES DESENVOLVIDAS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017	11
MONITORAMENTO DAS METAS DO PLS-BAHIA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017	16
O INDICADOR 1 - VARIÁVEIS GERAIS.....	16
TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS	22
INDICADOR 2 - PAPEL	22
INDICADOR 3 – COPOS DESCARTÁVEIS.....	37
INDICADOR 4 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.....	48
INDICADOR 5 – IMPRESSÃO	56
INDICADOR 6 – TELEFONIA.....	58
TEMA 2 – ENERGIA ELÉTRICA.....	65
INDICADOR 7 – ENERGIA ELÉTRICA	65
TEMA 3 – ÁGUA E ESGOTO.....	82
INDICADOR 8 – ÁGUA E ESGOTO	82
TEMA 4 – GESTÃO DE RESÍDUOS.....	91
INDICADOR 9 – GESTÃO DE RESÍDUOS.....	91
INDICADOR 10 – REFORMAS.....	93
INDICADOR 11 – LIMPEZA.....	93
INDICADOR 12 – VIGILÂNCIA	94
INDICADOR 13 – VEÍCULOS.....	95
TEMA 5 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	97
INDICADOR 15 – QUALIDADE DE VIDA.....	97
TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	102
TEMA 7 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS	103

INDICADOR 14 – COMBUSTÍVEL	103
TEMA 8 – SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA	106
INDICADOR 16 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	106
CONCLUSÃO.....	108

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA – PLS/BA

APRESENTAÇÃO

Trata-se de cumprimento de determinação contida no artigo 23, § 1º, da Resolução CNJ 201/2015. A Resolução TRF1 Presi 4 instituiu o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região com o objetivo de estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que propiciem maior eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho. Por se tratar de instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal foi traçado com base no novo ciclo de gestão estratégica devendo perdurar até o ano de 2020 quando deverá ser apresentado novo cronograma.

A Portaria DIREF 51 aprovou o PLS/BA em 26/02/2016. A Comissão Gestora foi instituída conforme Portaria 189/2015 de 23/11/2015, posteriormente alterada pelas Portarias 193/2015, 223/2016, 254/2016. A Portaria 286 foi emitida em 23/12/2016 para incluir os servidores das Subseções Judiciárias na Comissão e com o objetivo de promover a uniformização dos procedimentos adotados nesta Seção Judiciária. A composição da Comissão Gestora foi alterada em 2017, conforme Portarias DIREF 113/2017, 120/2017 e 205/2017. Todas as normas encontram-se disponíveis no portal da Seção Judiciária da Bahia:

(<https://portal.trf1.jus.br/sjba/institucional/sustentabilidade/sustentabilidade.htm>)

O presente relatório tem como objetivo avaliar o desempenho do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária da Bahia e apresenta o detalhamento das ações desenvolvidas, a consolidação dos resultados alcançados, utilizando como ferramenta auxiliar o Questionário do CNJ que permite monitorar os indicadores mínimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico do PLS/PJ e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas.

O PLS/BA é formado pelo Plano de ação socioambiental, composto por práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços e ações de divulgação, sensibilização e capacitação. Está sendo tratado no processo SEI 0001447-43.2016.4.01.8004 e deverá ser revisado em 2018 e passando a ser

composto também pelo referencial estratégico para a gestão socioambiental, que engloba objetivos, indicadores, metas, responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados. Em 2017 iniciou-se a elaboração do inventário de bens e materiais adquiridos com critérios de sustentabilidade que deverá ser concluído e publicado após revisão do PLS.

Não constou no PLS/BA proposição de ações sob a responsabilidade direta das Subseções Judiciárias, mas os dados inseridos no Questionário do CNJ referem-se ao consumo total da Seção Judiciária e suas Subseções.

O preenchimento do Questionário Socioambiental do CNJ passou a ser realizado por esta seccional a partir do mês de agosto de 2016 e era anteriormente responsabilidade da Seção de Gestão Ambiental do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Os dados de 2015 serviram de base para análise das metas estabelecidas no PLS/BA. O Plano abordou 12 dos 16 indicadores constantes do glossário do Anexo I da Resolução 201/2015 do CNJ o PLS/BA. Não foram previstas ações para incorporar os indicadores “Água Envasada em Embalagem Plástica”, “Reformas”, “Limpeza” e “Vigilância” ao PLS/BA.

Os trabalhos da área socioambiental são conduzidos pela Seção de Modernização Administrativa - SEMAD, com auxílio do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental, este criado pela Portaria DIREF 224, em 14/09/2016, e a participação dos membros da Comissão Gestora do PLS/BA.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2017

. Participação no curso à distância “Introdução à Gestão Socioambiental”, promovido pelo TRF 1ª Região, no período de 12/06/2017 a 30/06/2017, do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental.

. Participação no curso presencial “Gestão Consciente, Administração Pública Eficiente, promovido pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas do TRT 5ª Região, nos dias 27/07/2017 e 28/07/2017, dos servidores: Kátia Fernandes, Maristela Amorim, membros da Comissão Gestora do PLS/BA, dos servidores: Rubem Bacelar e Hércules Castro (da Seção de Vigilância e Transporte), Gilvan Lopes (da Seção de Auditoria) e do Serviço

de Apoio à Gestão Socioambiental, ministrado pela servidora Ketlin Scartezini, Assessora de Gestão Socioambiental do Superior Tribunal de Justiça.

. Protocolo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Tribunal de Contas do Estado da Bahia e Seção Judiciária da Bahia – firmado em 26/07/2017, tendo por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes, visando a implementação de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental. Criado o Comitê de Trabalho Interinstitucional, denominado “Teia da Sustentabilidade do Poder Judiciário da Bahia”. Na SJ/BA foram indicados servidores da Seção de Engenharia, do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental e da Seção de Compras e Procedimentos Licitatórios para fazer parte do respectivo Comitê interinstitucional. Foi editada a Portaria DIREF 164/2017, de 06/09/2017, referente à indicação de servidores da SJ/BA para compor o Comitê Interinstitucional: Ana Marta Abreu Meirelles (Serviço de Apoio à Gestão SOCIOAMBIENTAL – SERAMB/SEMAD); Maristela Lima de Amorim (Seção de Compras e Procedimentos Licitatórios – SECOL/NUCOM), Emílio Paim Otero (Seção de Administração de Materiais – SEMAT/NUCAF) e Vinicius Gama Costa (Seção de Engenharia – SEENG/NUASG).

. Criação das caixas de e-mail: Sustentabilidade – SJ/BA – sustentabilidade.ba@trf1.jus.br, em 09/08/2016, e Comitê de Trabalho Interinstitucional da Teia –JF/BA – teiadestentabilidade.ba@trf1.jus.br em 09/10/2017.

. Edição da Portaria SESUD/DIREF nº 20, de 09/08/2017, que disciplina o descarte de toners e cartuchos usados/vazios, revogando a Portaria SESUD/DIREF nº 07, de 23/03/2017.

Participação em Reuniões da Teia da Sustentabilidade:

- 14/08/2017 – no Tribunal de Justiça da Bahia, reunião dirigida pela desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho, coordenadora do Núcleo Socioambiental do TJ/BA. Tratou-se da possibilidade de realização de compras compartilhadas de placas fotovoltaicas para geração de energia solar.

- 25/09/2017 – no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Criação de grupo de trabalho específico, com representantes de cada órgão, para constituição de um condomínio energia solar, com CNPJ único, abrangendo os

órgãos contratantes, a fim de gerir o projeto *Energia Limpa*. A proposta é de criação de usinas de energia solar a partir da instalação de placas de células fotovoltaicas (capazes de conversão direta da luz solar em eletricidade) nos telhados das instituições. Também ocorreu uma apresentação sobre sistemas de telegestão de iluminação (software que permite avaliação do consumo e da intensidade das luminárias ponto-a-ponto ou por grupos possibilitando economia de energia mediante monitoramento constante e manutenção eficiente).

- 17/10/2017 – na Seção Judiciária da Bahia. Levantamento das formas de coleta seletiva dos órgãos partícipes e quadro geral dos mesmos. Com a participação dos servidores cujos órgãos funcionam no Centro Administrativo da Bahia – CAB, para formalizar a parceria com a Secretaria do Estado da Bahia na coleta de resíduos sólidos recicláveis. Também estiveram presentes servidores o TRT5 que se situa no Bairro de Nazaré, mas que possui obra em andamento para construção de nova sede no CAB.

- 20/11/2017 – na Seção Judiciária da Bahia. Discussão sobre a elaboração do regimento da Teia e elaboração de projeto de mobilização social para recolhimento de resíduos de praia. A minuta do regimento foi aprovada pela Assessoria Jurídica da SJ/BA e aguarda aprovação por parte dos demais órgãos partícipes da Teia.

. Participação no curso presencial “Capacitação sobre Sustentabilidade na Administração Pública e A3P”, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, realizado na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no período de 08/08/2017 a 10/08/2017, dos servidores Márcia Regina Magalhães e Cláudio Alves Litieri (do Núcleo de Auditoria) e do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental.

. Reunião, em 21/08/2017, da SERAMB com o representante da ONG Ação Cidadania para realização de Feira Orgânica no prédio sede da Seção Judiciária. E, em 22/09/2017, com servidores da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado da Bahia, com a mesma finalidade. Nada foi acertado e pretende-se dar continuidade no ano de 2018.

. Medição, no período de 28/08/2017 a 01/09/2017, do desperdício da bebida do café servido nas unidades desta seccional. Constatou-se desperdício médio semanal de 13 litros da bebida em 6 copas, no período de 5 dias. Levantamento feito com a intenção de realizar estudo posterior sobre consumo e desperdício de café na SJ/BA, com utilização de metodologia para acompanhamento das quantidades e o gasto com insumos utilizados (pó de café,

açúcar, água etc), gasto com copeiras, máquinas de café, garrafas térmicas etc. A ideia é apresentar propostas para redução dos custos com o “cafezinho”.

. Participação da servidora Kátia Fernandes, membro da Comissão Gestora do PLS/BA e do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental, em palestra, realizada no dia 28/09/2017, pelo Centro Regional de Treinamento da ESAF na Bahia, sobre gerenciamento de resíduos sólidos, ministrada por representante da Prefeitura Municipal de Salvador, com breve relato sobre a situação atual do manejo dos resíduos sólidos na cidade. Na ocasião foi feito contato com a servidora do Ministério da Fazenda – Ticiania Maria Souza Vieira – Assessora de Comunicação Social e responsável pela gestão socioambiental do Ministério.

. Visita do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental à Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia – UFBA, em 05/10/2017, para receber treinamento na Rede de Tecnologias Limpas – TECLIM sobre o programa Água Pura – Programa de Uso Racional da Água, desenvolvido pelo Professor Asher Kiperstok.

. Reunião, no dia 06/10/2017, com a servidora Vanuza Gazar, da Secretaria de Administração do Estado da Bahia - SAEB, responsável pelo Programa Recicle Já Bahia, para tratar da formalização da parceria na coleta geral de resíduos e da viabilidade da coleta pela SAEB de óleo de cozinha usado e pilhas e baterias.

. Edição da Portaria DIREF 211, de 04/12/2017, que dispõe sobre o uso do papel reciclado e da fonte Spranq eco sans com o objetivo de reduzir o uso de papel A4 branco e reduzir o consumo de tinta de toners.

. Proposta da Direção do Foro, mediante Ofício SECAD/DIREF nº 78/2017, de 11/12/2017, dirigido ao presidente do TRF1, para alteração do expediente, sem redução da jornada e do atendimento ao público externo com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica no horário de ponta (após às 18h), conforme estudo realizado pela SESEG/BA sobre o custo nos anos de 2015 e 2016 que demonstrou que a efetivação da medida ocasionaria uma economia de 27,65% no gasto com energia. Tratada no PA SEI 0015295-63.2017.4.01.8004.

. Encontro do Projeto Diálogos de Gestão – grupo de palestras ministrados por servidores da seccional em diversas áreas, promovido pelo Núcleo de Auditoria e SEMAD, com a servidora Cláudia Silva Daniel expondo sobre o tema Sustentabilidade – Plano de Logística Sustentável na Justiça Federal, no dia 04/12/2017 dirigido para servidores da

área administrativa, com participação de 30 servidores e no dia 14/12/2017 para Diretores de Secretaria de Vara da sede e das Subseções, com participação de 25 servidores.

. Descarte de 6.992 kg de papel para reciclagem para a SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia – Coordenadora do programa de coleta seletiva do Centro Administrativo da Bahia - CAB, referentes ao descarte de 17.497 processos judiciais baixados e anteriormente submetidos à análise de temporalidade pela Comissão de Descarte desta Seccional.

. Descarte, seguindo as normas ambientais, em 06/12/2017, de 59 pneus inservíveis para o Programa Recicle Já – SAEB.

MONITORAMENTO DAS METAS DO PLS-BAHIA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

As Metas definidas no Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária da Bahia, em consonância com o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, foram traçadas para o período 2015-2020.

O Indicador 1 - Variáveis Gerais, do Glossário do Anexo I da Resolução N.201/2015, trata do quadro de pessoal do órgão e de sua área total em metros quadrados:

VARIÁVEIS GERAIS	2015	2016	2017
Periodicidade de apuração: anual			
1.1 - Total de cargos de magistrados providos	65	67	85
1.2 - Total de pessoal do quadro efetivo	979	942	927
1.3 - Total de cedidos/requisitados (ingressos)	58	65	72
1.4 - Total de comissionado sem vínculo efetivo	2	2	2
1.5 - Total de servidores	1.039	1.009	1.004
1.6 - Total de terceirizados (anexo VI rel. CNJ)	402	409	411
1.7 - Total de estagiários	490	513	538
1.10 - Total de voluntários	22	31	26
1.11 - Total da força de trabalho auxiliar	914	953	975
1.12 - Força de trabalho total (magistrados, servidores e auxiliares)	2.018	2.027	2.064
1.13 - Área total em m ²	49.980,20	49.980,20	49.980,20

O item 1.8 refere-se a “total de juízes leigos” e o item 1.9 relativo a “total de conciliadores” não se aplicam à Justiça Federal.

Depreende-se observando a tabela acima que a variação da força de trabalho foi insignificante e não influenciou nos resultados. A Área total em m² não sofreu variação e compreende prédios próprios e locados, incluindo estacionamentos e jardins. Está em construção um novo anexo ao prédio sede (Anexo III) desta Seção Judiciária com área de 2.699,21m².

Por equívoco, no preenchimento do questionário do CNJ em 2015 e no relatório de 2016, foram incluídos nos cálculos das áreas totais em m² o valor correspondente às áreas de terreno de algumas localidades. A área total desta Seção Judiciária é de 49.980,20 m², considerando apenas áreas construídas de prédios próprios ou alugados ocupados pelas sedes das unidades.

Cabe aqui relatar que as Subseções Judiciárias que não constaram no PLS/BA como responsáveis diretas por ações de sustentabilidade, em resposta ao Relatório de Auditoria 07/2016 (PA SEI 0006570-56.2015.4,01.8004 – auditoria compartilhada com a Divisão de Auditoria do TRF1 e PA SEI 0009171-98.2016.4,01.8004 – auditoria realizada pela SEAUG/BA) e em informações prestadas no PA SEI 0008649-37.2017, que tratou do cumprimento da Portaria SECAD 55, informaram as boas práticas adotadas:

1 - Subseção Judiciária de Alagoinhas	Os equipamentos de ar condicionado são utilizados na temperatura de 22º C. O elevador é desligado ao final do expediente às 18h e permanece desligado nos dias sem expediente. Todos os servidores, estagiários e requisitados devem desligar completamente os terminais, scanners e impressoras após o uso (sem utilização de modo stand-by). As luzes do salão são desligadas ao final do expediente – 18h. Orientação aos servidores e ao público externo sobre utilização de apenas um copo descartável durante o dia ou ainda no caso específico dos servidores, utilização de copos retornáveis. As impressoras estão configuradas para impressão frente e verso; existe orientação para reaproveitamento dos papéis para rascunho.
2 - Subseção Judiciária de Barreiras	Redução na quantidade de lâmpadas instaladas, principalmente nas áreas externas. Utilização racional dos equipamentos de ar condicionado, ligando-os mais tarde e desligando-os mais cedo, conforme a temperatura permita. Orientação aos servidores, no sentido de que todos os equipamentos sejam desligados durante longos períodos sem uso bem como no final do expediente.
3 - Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa	Horário de funcionamento dos aparelhos de ar condicionado das 9:00 às 18:00h, exceto os aparelhos do CPD. A partir das 18:00h ficam ligados apenas o aparelho do gabinete do Juiz e um dos cinco aparelhos da Secretaria. Os equipamentos de ar condicionado permanecem a uma temperatura mínima de 22ºC, evitando que os equipamentos trabalhem em carga máxima. Substituição gradual das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED. Desligamento de 26 conjuntos de lâmpadas fluorescentes de 2x40 watts, nas salas, corredor e hall de entrada da subseção. Desligamento de 2 lâmpadas de 400 watts, 12 lâmpadas de 150 watts e 4 lâmpadas de

	<p>15 watts na área externa e no estacionamento da subseção. Orientação pela SESAP para o uso de copos de vidro e caneca para café, inclusive com a campanha adote seu copo. Orientação aos servidores para imprimir frente e verso e utilizar rascunhos para impressão de relatórios, minutas para correção, guias de remessa e de malotes. Periódica conscientização dos servidores para adoção de práticas que economizem energia, tais como: o uso da iluminação natural, desligamento de lâmpadas e equipamentos ao sair da sala, uso do ar condicionado com temperatura mínima de 23º C. Manutenção da redução do número de lavagem de sanitários que apresentam pouco uso, inclusive com o fechamento de dois sanitários.</p> <p>Inspeção periódica visando detectar vazamentos. Periódica conscientização dos servidores para racionalização no uso da água. Prioriza-se a inclusão de documentos no SEI como foto para que o mesmo possa ser assinado digitalmente sem a necessidade de impressão. Orientação, pelo preposto da empresa contratada, aos terceirizados responsáveis pela limpeza e copeiragem para utilização de água, energia e material de limpeza de forma racional, além da separação de papéis e caixas para serem destinados à reciclagem. Nas aquisições, prioriza-se a compra de equipamentos mais econômicos, bem como de materiais reciclados e/ou biodegradáveis e o menos nocivo à saúde e ao meio-ambiente. Utilização de papel reciclado e da fonte <i>Spranq Eco Sans</i> para economia de tonner.</p>
4 - Subseção Judiciária de Campo Formoso	Desligamento dos aparelhos de ar condicionado a partir das 18h. Desligamento dos monitores todas as vezes que o servidor se ausentar de sua estação de trabalho.
5 - Subseção Judiciária de Eunápolis	Orientação aos servidores para uso de copos de vidro e xícara para café. Orientação para impressões utilizando frente e verso.
6 - Subseção de Feira de Santana	Desligamento do aparelho central todos os dias às 17hs30min. Evita-se levar copos plásticos para as copas das varas de forma que o servidor utilize o próprio copo para a utilização da água ou xícara para o café, deixando o uso de copos plásticos (200ml e 50ml) destinados ao uso do público externo. Instalação de bebedouros de torre (que não se faz o uso do copo plástico) nos ambientes de acesso ao público externo, proporcionando também redução no consumo de água mineral. Todas as impressoras têm o formato de operarem em modo rascunho de forma que tentamos colocar todas nesta configuração.

7 - Subseção Judiciária de Guanambi	<p>Redução na quantidade de lâmpadas instaladas, principalmente nas áreas externas. Desligamento de lâmpadas em áreas internas de pouco movimento, principalmente corredores e escadas. Utilização racional dos equipamentos de ar condicionado. Alguns servidores, por vontade própria, trouxeram suas xícaras de vidro ou louça para economizar copos plásticos. Em 2016, a direção da SSJ comprou canecas e distribuiu para todos os servidores. Além disso, a SESAP orienta os servidores a utilizarem copos ou canecas de vidro ou louça, ficando os descartáveis destinados ao uso do público externo. Todas as impressoras da SSJ estão configuradas para impressão frente e verso. A SESAP estimula o uso do modo rascunho e a reutilização de papel descartado para feitura de bloquinhos de anotação. Papéis descartados pela SSJ de Guanambi são recolhidos pela cooperativa Recivida. Toners e materiais de escritório inutilizados são doados às instituições de caridade ou de cunho social, como a APAE e o Lar dos Velhinhos.</p>
8 - Subseção Judiciária de Ilhéus	<p>Efetivação de várias mudanças no sistema de ar condicionado e demais iluminações do prédio, bem como no sistema de abastecimento de água, mas não discrimina as boas práticas adotadas.</p>
9 - Subseção Judiciária de Itabuna	<p>Orientação aos servidores para que utilizem copos ou canecas de vidro ou louça, ficando os descartáveis destinados ao uso do público externo. Além de configuração dos equipamentos para impressão em frente e verso com modo de economia de toner, os servidores foram orientados a imprimir apenas o estritamente necessário ao regular desempenho do trabalho, utilizando, quando possível, folhas de rascunhos. Complementando as ações de boas práticas, instalamos nos computadores dos servidores e Magistrados o tipo de fonte SPRANQ, que diminui a quantidade de tinta utilizada na impressão. Foi retirado do contrato de fornecimento de água mineral as garrafas de 500 ml, utilizando apenas os galões de 20 litros retornáveis.</p> <p>Foi repassada aos funcionários terceirizados e estagiários da Subseção, a mesma orientação dada aos servidores quanto à utilização de copos de vidro e consumo consciente de água mineral. Não existe na cidade de Itabuna sistema de coleta seletiva e reciclagem de lixo. Foi localizada uma empresa de suprimentos de informática que se propôs a recolher os toners utilizados, evitando assim o seu descarte.</p>
10-Subseção	<p>Os aparelhos de ar condicionado ficam desligados a partir das 18h, a exceção do CPD. Foram desconectadas algumas lâmpadas das luminárias. Houve redução da demanda ativa da fatura de energia elétrica de 70Kw para 55Kw. Fato ocorrido a partir de setembro de 2016. A força de</p>

Judiciária de Irecê	<p>trabalho da Subseção foi informada sobre a necessidade de economizar energia elétrica, água e copos descartáveis. Orientação aos servidores para que utilizem copos ou canecas de vidro, ficando os descartáveis destinados ao uso do público externo. Configuração dos equipamentos para impressão em frente e verso com modo de economia de tonner.</p> <p>Orientação aos servidores para imprimir apenas o necessário; utilização, quando possível, de folhas de rascunhos; instalação nos computadores da fonte Spranq.</p>
11-Subseção Judiciária de Jequié	<p>As lâmpadas do jardim, escadas, estacionamento, garagem e área externa, foram substituídas por lâmpadas brancas e lâmpadas de led. Nas áreas comuns as lâmpadas estão sendo acesas na proporção de 50%. Redução da demanda ativa de 350kw para 100kw, a partir de setembro de 2016. As torneiras dos banheiros desta SSJ de Jequié possuem temporizadores e o jardim está sendo molhado apenas três vezes por semana.</p> <p>A SSJ de Jequié possui um container para colocação de materiais para reciclagem. Uma cooperativa local recolhe semanalmente os materiais para produção de novos materiais reciclados.</p>
12-Subseção Judiciária de Juazeiro	<p>Nos modelos de ar-condicionado <i>Tipo Janela</i> (com maior consumo de energia) - Reduzimos o tempo de ligação dos aparelhos, passando a funcionar das 10:00 às 16:00 horas do pico de calor no Sertão do Estado.</p> <p>Instalação de foto sensores na iluminação da área externa – Este procedimento não permite que as luzes permaneçam ligadas após o alvorecer.</p>
13-Subseção Judiciária de Paulo Afonso	<p>Não utilização de copos descartáveis pelo público interno (juiz, servidores, prestadores de serviço, estagiários). Uso do ar condicionado em temperatura padrão de 21°C. Diminuição do uso do ar condicionado na área comum (liga-se apenas um ar condicionado no hall de entrada). Diminuição da iluminação externa do prédio (desligamento da metade dos refletores). Redução das lâmpadas da área comum do prédio, deixando apenas uma lâmpada por luminária. Troca gradativa das lâmpadas comum por LED. Divisórias nos corredores com intuito de diminuir uso do ar condicionado na área comum. Recomenda-se aos servidores que desliguem seus computadores, monitores e impressoras quando não estiverem em uso, sobretudo no final do expediente. Configurar todas as impressoras para modo econômico.</p>

<p>14-Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas</p>	<p>Os equipamentos de ar condicionado permanecem a uma temperatura mínima de 22°C, evitando que os equipamentos trabalhem em carga máxima e apresentem maior consumo de energia. Instalação de sensores de presença nas lâmpadas da garagem, escadas e demais áreas de circulação. Foi solicitado que nas salas que continham mais de um interruptor de energia, fossem ligadas apenas a quantidade de lâmpadas necessárias às boas condições de trabalho. Diminuição de lâmpadas acesas nas áreas em comum. Orientação aos servidores para que utilizem copos ou canecas de vidro ou louça, ficando os descartáveis destinados ao uso do público externo. Configuração dos equipamentos para impressão em frente e verso com modo de economia de tonner, e os servidores foram orientados a imprimir apenas o estritamente necessário ao regular desempenho do trabalho.</p>
<p>15-Subseção Judiciária de Vitória da Conquista</p>	<p>A redução da demanda contratada de energia foi feita em junho de 2015, o que gerou diminuição nas contas desde o início do ano de 2016. Redução na quantidade de lâmpadas acesas no prédio. Orientação aos servidores, no sentido de manter os equipamentos de ar condicionado a uma temperatura mínima de 22°C, quando necessário ligar algum aparelho, evitando que os equipamentos trabalhem em carga máxima e apresentem maior consumo de energia.</p>

TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS

Indicador 2 - Papel

META - Reduzir o consumo de papel em 3% ao ano até 2020 – META NÃO ALCANÇADA

Ações propostas:

- a) Avaliação da sistemática de distribuição de papel – solicitação, aquisição e entrega nas unidades. (Prazo: julho/2016) – uma avaliação minuciosa demanda um sistema informatizado que apresente dados mais consistentes, relatórios emitidos pelo Sistema de Aquisição e Controle de Material ou Serviço – SICAM apresentam dados divergentes, no entanto, verificou-se pela comparação do consumo de unidades com atribuições semelhantes que existe margem para redução do consumo de papel e para a substituição do papel branco pelo reciclado. Para viabilização dessa ação há necessidade de aperfeiçoamento do sistema utilizado nesta seccional, enquanto isso não ocorrer a avaliação fica prejudicada. A Seção de Administração de Material - SEMAT, a partir de setembro de 2017, mudou o procedimento quanto ao envio de requisição de material, com o intuito de reduzir o consumo de papel, desta forma, passou a emitir apenas uma única via da guia de requisição de material, via que retorna para arquivo na SEMAT, após conferência e assinatura pelo servidor. O solicitante receberá a cópia da via em PDF, caso manifeste interesse. Também foi estabelecido em 2017, mediante edição de portaria, consumo obrigatório de 20% de papel reciclado pelas áreas administrativas da Seccional.

A Seção de Administração de Patrimônio – SEPAT estuda também alternativas para reduzir o consumo de papel mediante conversão dos termos de responsabilidade em documentos virtuais. A supervisora da SEPAT manteve contato com servidor do TRT5 e conheceu o sistema informatizado utilizado por aquele Tribunal para gestão patrimonial. O sistema do TRT5 dispensa a impressão dos termos de responsabilidade, toda a movimentação de bens ocorre apenas virtualmente, as assinaturas são eletrônicas. Também consultou servidor do TRF4 sobre o sistema lá utilizado, o Sistema de Gestão Administrativa e Financeira de Gestão de Patrimônio e almoxarifado - GEAFIN, que também não depende de impressão de termos.

Considerando que, atualmente tramita, o PA SEI 0003694-09.2016.4.01.8000, que trata do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRF1 e o TRF4, para dar celeridade na implementação do sistema de Recursos Humanos no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, vislumbra-se a possibilidade de ampliação dos termos do acordo para incluir a implementação também do GEAFIN.

b) Devolução de material não consumido ao almoxarifado para reaproveitamento e destinação – resmas de papel, papel timbrado e envelopes (podendo ser incluídos outros itens para devolução). (Prazo: dezembro/2016) – ainda não foi definida a melhor forma de operacionalizar o recebimento dos materiais não consumidos em razão da norma que regulamenta a incorporação de materiais (IN 14-14) e a inexistência de espaço adequado para acomodá-los. A Seção de Administração de Material deve mudar para novo prédio, em sala mais ampla, no ano de 2018. Atualmente funciona em uma antiga garagem, com problemas de infraestrutura, o que não garante a integridade dos itens lá armazenados. O prazo foi prorrogado.

c) Avaliação da possibilidade de redução dos itens do acervo do almoxarifado, buscando implantar estoques mínimos – diminuição da quantidade de itens por tipo de produto mantendo-se o mínimo viável. (Prazo: julho/2016) – A SJ/BA utiliza além do papel A4 branco e papel A4 reciclado, o papel tipo Ofício 2 e o papel timbrado, este último com dois modelos diferentes e designados como papel contratado pelo CNJ. O monitoramento do consumo desses papéis demonstrou que há possibilidade da redução ou até mesmo eliminação dos itens papel Ofício 2 e papel timbrado que representam atualmente 6,62% do consumo total de papel nesta seccional (não foi possível computar o consumo mensal das Subseções). A Seção de Administração de Material está analisando o estoque para avaliar a possibilidade de exclusão de alguns itens. Será elaborado projeto para implementar a ação em 2018. O prazo foi prorrogado.

d) Redução do fornecimento de papel às unidades – apresentar aos gestores, periodicamente, os dados de consumo, e divulgar na intranet, constantemente, o consumo do TRF1. (Prazo: julho/2016) – A Seção de Administração de Material encaminhou, em 2017, para a Seramb, planilhas relativas aos consumos de papéis e copos plásticos desta Seção Judiciária. Alertou que os dados apresentados referentes ao consumo mensal das Subseções não representam a realidade, em razão de algumas delas não registrarem os lançamentos de saída de material no Sistema de Aquisição e Controle de Material ou Serviço – SICAM, sistema este que emite os relatórios de consumo, fonte dos dados levantados. Recomendou que a administração intercedesse junto às Subseções que não efetuam o devido controle dos bens de consumo no sistema SICAM. A apresentação dos dados individuais de consumo da unidade aos gestores não foi feita. O SICAM não disponibiliza relatórios consistentes em razão das inúmeras lotações cadastradas. Está em elaboração portaria para disciplinar a baixa dos itens do almoxarifado por parte das Subseções, considerando que a ausência de registro ou o registro intempestivo por parte das Subseções

Judiciárias dificulta o controle do estoque e o planejamento das compras.

- e) Campanha de estímulo ao uso do papel reciclado. (Prazo: dezembro/2016) – publicação no jornal “Justiça Federal Hoje”, em 07/12/2017, de matéria informando “por que usar papel reciclado?”. Editada portaria 211/2017 para consumo obrigatório por parte da área administrativa, determinando que pelo menos 30% do papel solicitado anualmente seja de papel reciclado. Embora tenha sido estipulado prazo no PLS esta deve ser uma ação contínua.

Acompanhamento dos indicadores:

2.1 Consumo de papel branco em resmas

2.1 Consumo de papel não reciclado próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 15.350			
Consumo em 2016: 18.091			
Consumo em 2017: 15.030			
Janeiro	1.420	Julho	1.370
Fevereiro	911	Agosto	1.609
Março	1.049	Setembro	1.360
Abril	795	Outubro	1.200
Maio	1.070	Novembro	1.653
Junho	1.812	Dezembro	781

2.2 Consumo de papel reciclado em resmas

2.2 Consumo de papel reciclado próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 73			
Consumo em 2016: 668			
Consumo em 2017: 451			
Janeiro	31	Julho	61
Fevereiro	24	Agosto	61
Março	3	Setembro	7
Abril	13	Outubro	71
Maio	34	Novembro	45
Junho	19	Dezembro	82

2.3 Consumo de papel próprio (branco e reciclado) em resmas = 2.7 Consumo de papel total – papel branco e reciclado

2.3 Consumo de papel próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 15.423			
Consumo em 2016: 18.759			
Consumo em 2017: 15.481			
Janeiro	1.451	Julho	1.431
Fevereiro	935	Agosto	1.670
Março	1.052	Setembro	1.367
Abril	808	Outubro	1.271
Maio	1.104	Novembro	1.698
Junho	1.831	Dezembro	863

2.4 Consumo de papel não reciclado contratado = 2.6 Consumo de papel contratado – A SJ/BA não consome este tipo de papel. Foi informado equivocadamente em 2016 o papel timbrado (modelos adquiridos por meio de contratação de gráficas para fornecimento de papel timbrado com o nome da Justiça Federal e o brasão da República) como contratado.

2.5 Consumo de papel reciclado contratado – A SJ/BA não consome este tipo de papel.

2.8 Gasto (R\$) com papel branco

2.8 Gasto com papel não reciclado próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$161.749,29			
Gasto em 2016: R\$189.323,04			
Gasto em 2017: R\$192.053,82			
Janeiro	17.037,40	Julho	17.320,20
Fevereiro	11.388,70	Agosto	20.657,14
Março	13.338,14	Setembro	17.806,15
Abril	10.474,47	Outubro	15.795,96
Maio	13.635,98	Novembro	21.577,41
Junho	22.835,20	Dezembro	10.187,07

2.9 Gasto (R\$) com papel reciclado

2.9 Gasto (R\$) com papel reciclado			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$608,09			
Gasto em 2016: R\$5.557,76			
Gasto em 2017: R\$5.447,81			
Janeiro	257,92	Julho	808,25
Fevereiro	199,68	Agosto	808,25
Março	24,96	Setembro	92,75
Abril	108,16	Outubro	940,75
Maio	423,64	Novembro	596,25
Junho	100,59	Dezembro	1.086,61

2.10 Gasto total de papel (branco e reciclado)

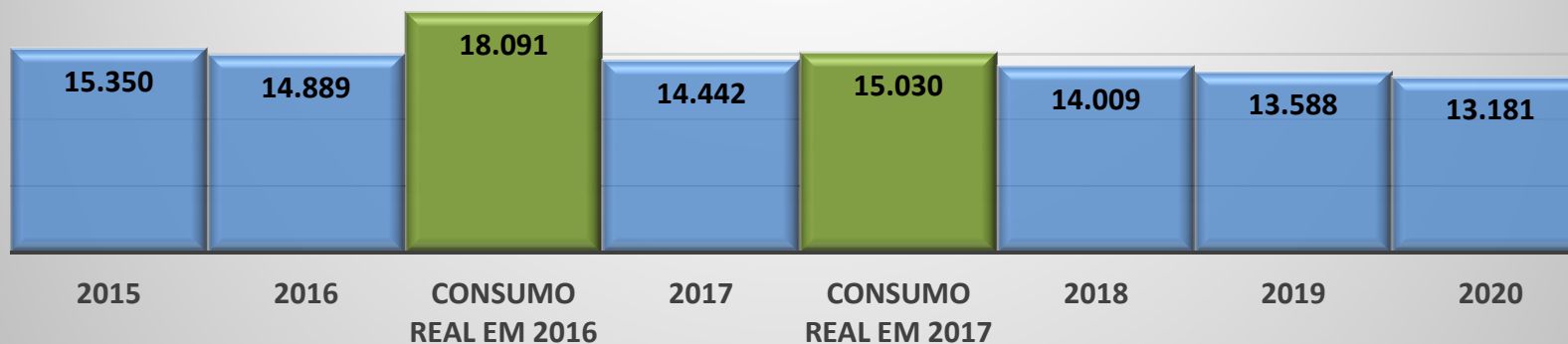
2.10 Gasto com papel próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$162.357,38			
Gasto em 2016: R\$194.880,80			
Gasto em 2017: R\$197.501,63			
Janeiro	17.295,32	Julho	18.128,45
Fevereiro	11.588,38	Agosto	21.465,39
Março	13.363,10	Setembro	17.898,90
Abril	10.582,63	Outubro	16.736,71
Maio	14.059,62	Novembro	22.173,66
Junho	22.935,79	Dezembro	11.273,68

Análise dos resultados:

PAPEL BRANCO

A meta de redução do consumo de papel branco em 3% ao ano não foi atingida, conforme evidencia o Gráfico 1, que demonstra a projeção do consumo até 2020. A meta para o ano de 2017 era de 14.442 resmas e foi consumido um total de 15.030 resmas de papel branco.

**Gráfico 1 - PROJEÇÃO DO CONSUMO ATÉ 2020
META: REDUZIR O CONSUMO EM 3% AO ANO
CONSUMO EM RESMAS DE PAPEL BRANCO - SJ/BA**



Houve aumento de 4,07% (588 resmas) no consumo de papel branco em relação ao projetado para 2017. No entanto, vale ressaltar, que em relação ao consumo de 2016 ocorreu uma diminuição significativa, o equivalente a redução de 16,92%, ou seja, foram consumidas menos 3.061 resmas de papel branco. O consumo de papel reciclado sofreu queda de 32,48% (217 resmas). (ver gráfico 2)

Gráfico 2 - Consumo de papel branco e reciclado - SJ/BA

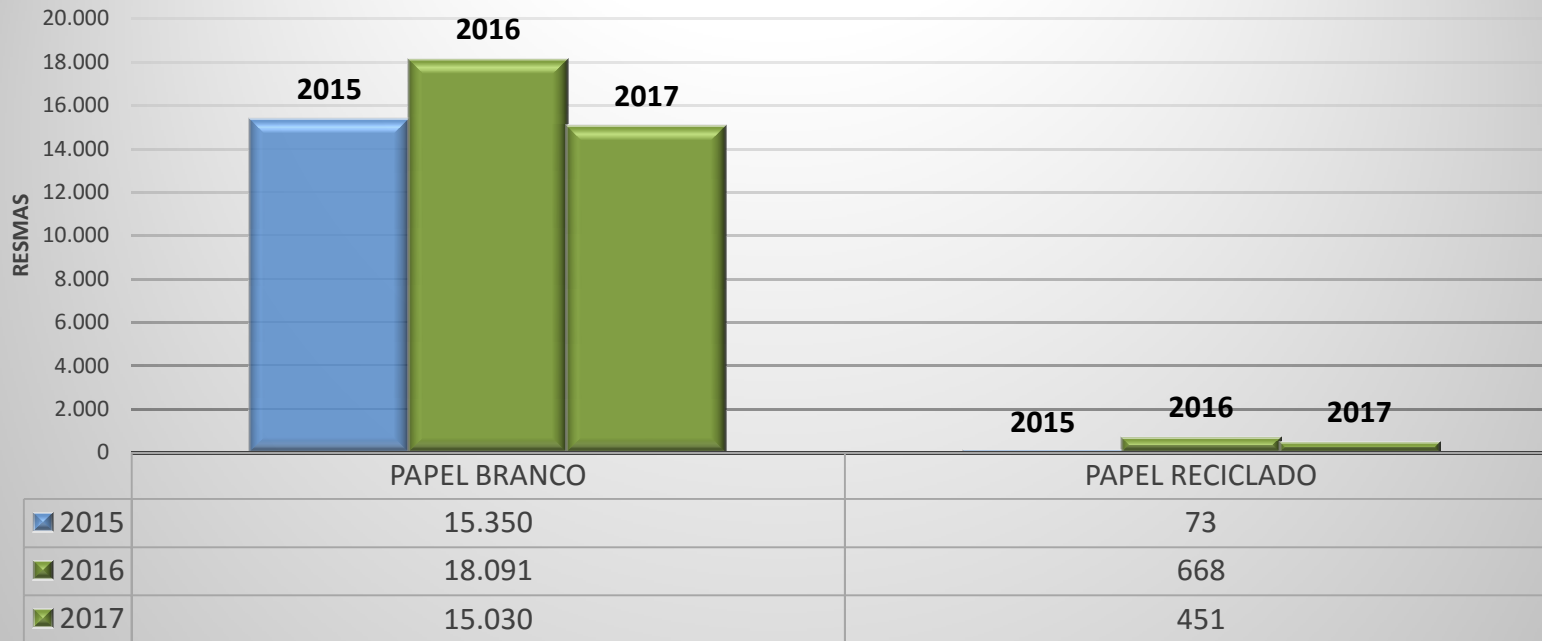
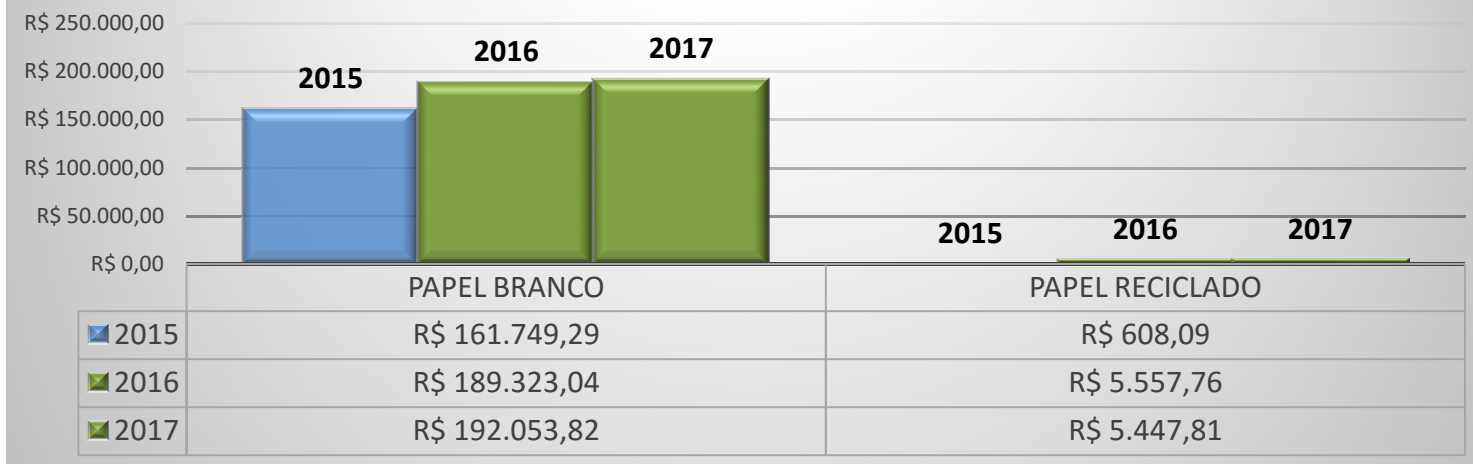


Gráfico 3 - GASTO COM PAPEL BRANCO E RECICLADO - SJ/BA



Embora tenha ocorrido redução no consumo, houve aumento de 1,44% (R\$2.730,78) no gasto com papel branco. E o gasto com papel reciclado, cujo consumo decresceu, sofreu redução de 1,98% (R\$109,95).

O resultado é justificado pela variação do custo do papel. O preço médio da resma de papel A4 branco passou de R\$10,52, em 2016, para R\$12,54, em 2017, acréscimo de 19,20% no valor. O preço médio do papel reciclado em 2016 foi R\$8,32 e em 2017, R\$12,08, acréscimo de 45,19% no preço.

Importante aqui informar que todos os dados levantados constantes do Questionário do CNJ computam o consumo total da sede da Seção Judiciária e das Subseções Judiciárias e foram extraídos do Sistema de Aquisição e Controle de Material ou Serviço – SICAM, em consulta aos relatórios “Total de Material por Lotação no Período” e “Total de Material no Período”.

Para avaliação minuciosa do consumo de papel considerou-se apenas a sede da Seção Judiciária (prédio sede, prédio dos Juizados Especiais Federais e prédio do Arquivo Judicial), pelas razões expostas no item “d” das ações propostas para o indicador papel.

A tabela 1 discrimina o consumo em resmas no ano de 2016/2017 por tipo de papel e unidade solicitante na Sede desta seccional:

TABELA 1 – CONSUMO EM RESMAS POR TIPO DE PAPEL						
TIPO DE PAPEL	VARAS E TURMAS RECURSAIS		ÁREA ADMINISTRATIVA		TOTAL	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
A4 BRANCO	4.768	4.381	2.370	2.017	7.138	6.398
OFÍCIO 2 BRANCO	198	72	54	34	252	106
TIMBRADO BRANCO	251	224	13	1	264	225
A4 RECICLADO	99	158	38	119	137	277
TOTAL	5.316	4.835	2.475	2.171	7.791	7.006

O consumo das 15 (quinze) Subseções Judiciárias, constituídas por 19 Varas e áreas administrativas representa 56,73% (8.526 resmas) do total de papel branco (A4 e ofício 2) consumido na SJ/BA. A Sede da Seção Judiciária, formada por 24 Varas, Turmas Recursais e área administrativa responde por 43,27% (6.504 resmas).

As análises seguintes tomaram por base o consumo de papel A4 branco pela sua representatividade (91% do consumo total) e o consumo do papel A4 reciclado por se tratar de material que gera menor impacto ambiental, embora esta seccional utilize cinco tipos diferentes de papel (A4 branco, A4 reciclado, Ofício 2, timbrado com brasão da República, timbrado com nome da Justiça) e ainda o papel A3 branco, que não é lançado no SICAM por ser de uso exclusivo do Setor de Comunicação Social/DIREF, responsável pelo jornal diário da Seção Judiciária.

A implementação do Processo Administrativo Eletrônico (SEI – Sistema Eletrônico de Informações), em 2014, e a obrigatoriedade do uso do sistema, inclusive para processos físicos que já estavam em tramitação, e ainda a edição da Resolução PRESI 12, com efeitos a partir de 04/04/2016, que suspendeu o peticionamento eletrônico, via

sistema de transmissão eletrônica de atos processuais da 1ª Região – e –Proc, em processos que tramitam em autos físicos, contribuíram para a redução do consumo de papel nas unidades da área administrativa. Anteriormente à edição dessa Resolução era necessário imprimir todas as petições iniciais e incidentais relativas a processos físicos. A implantação do Processo Judicial Eletrônico ocorreu em setembro/2016 abrangendo os processos de mandado de segurança e de ações monitórias e deverá favorecer a economia de papel nos próximos anos. Em 2017, tramitaram na SJ/BA, 242.562 processos físicos, parcela que representa 65,22% do total de processos desta seccional, 121.880 processos virtuais dos Juizados Especiais Federais e 7.446 do PJe. A redução do consumo de papel decorrente da virtualização ainda não é expressiva, contribui para isso o fato do processo eletrônico judicial ainda não ter sido implantado nas Subseções Judiciárias p

Os dados colhidos demonstram a redução de 353 resmas de papel A4 branco na área administrativa (14,89%), e redução de 387 resmas (8,12%) nas Varas e Turmas Recursais, significando que individualmente, a sede da SJ/BA, atingiu e ultrapassou a meta pretendida de redução de 3% ao ano. Conforme tabela abaixo:

TABELA 2 – CONSUMO EM RESMAS DE PAPEL A4 BRANCO			
UNIDADE SOLICITANTE	CONSUMO PAPEL BRANCO EM 2015	CONSUMO PAPEL BRANCO EM 2016	CONSUMO PAPEL BRANCO EM 2017
ÁREA ADMINISTRATIVA	2.518	2.370	2.017
VARAS E TURMAS RECURSAIS	4.630	4.768	4.381

PAPEL RECICLADO

O consumo de papel reciclado representou 0,47% (73 resmas), no ano de 2015, em relação ao consumo total de papel A4 da Seção Judiciária. Em 2016 correspondeu a 3,56% (668 resmas) do consumo total e em 2017 a 2,91% (451 resmas). Embora tenha havido queda no consumo total de papel reciclado, verifica-se, observando a tabela 3, que em 2017 houve avanço na adoção do consumo do papel reciclado na sede desta seccional, tendo em vista que a opção por este tipo de papel que era de apenas 8 unidades, em 2016, (de um total de 35 unidades

solicitantes (24 varas, Turmas Recursais, 7 Núcleos, Secretaria Administrativa e Direção do Foro), passou a ser a escolha de 14 unidades administrativas. Em 2016, o consumo de 6 Subseções correspondeu a 79,49% do total consumido na SJ/BA. Em 2017, houve inversão na opção pelo papel reciclado, e a sede consumiu o equivalente a 61,42% do total consumido. Como também ocorreu em 2016, as Varas que mais consumiram papel reciclado foram a 22ª e a 23ª, que são Juizados Especiais Federais e trabalham com processos virtuais.

Em razão de problemas apresentados pelo uso do papel reciclado no passado, como, por exemplo, manchas no papel, ilegibilidade na digitalização dos documentos e travamento das impressoras, sua utilização provoca resistência por parte dos usuários. A melhoria na qualidade do papel reciclado e a configuração das impressoras para o uso desse papel conjuntamente com campanhas de sensibilização para estimular a substituição do papel branco pode ampliar essa prática que contribui para um aproveitamento eficiente dos recursos naturais, principalmente a água e a preservação de florestas.

As tabelas 3 e 4 das páginas seguintes demonstram o consumo do papel reciclado nesta Seção Judiciária:

TABELA 3 - CONSUMO EM RESMAS DE PAPEL RECICLADO – SEDE			
UNIDADE	2015	2016	2017
2ª Vara	3	1	9
4ª Vara	0	4	0
6ª Vara	2	0	0
13ª Vara	0	0	10
14ª Vara	0	0	1
15ª Vara	2	0	0
18ª Vara	0	0	10
19ª Vara	2	0	2
22ª Vara	0	48	55
23ª Vara	22	45	71
Turmas Recursais	0	1	0
NUCJU	1	22	21
NUASG	18	15	0
NUCAF	0	1	20
NUBES	0	0	20
NUCRE/NucGP	0	0	34
NUCOI/NUAUD	0	0	3
CEJUC	0	0	20
Total parcial - SEDE	50	138	277

TABELA 4 - CONSUMO EM RESMAS DE PAPEL RECICLADO – SUBSEÇÕES/BA			
UNIDADE SOLICITANTE	2015	2016	2017
Subseção Judiciária de Paulo Afonso	20	350	0
Subseção Judiciária de Alagoinhas	1	0	0
Subseção Judiciária de Juazeiro	2	17	0
Subseção Judiciária de Irecê	0	25	48
Subseção Judiciária de Itabuna	0	70	0
Subseção Judiciária de Feira de Santana	0	50	0
Subseção Judiciária de Ilhéus	0	19	0
Subseção de Teixeira de Freitas	0	0	3
Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa	0	0	83
Subseção Judiciária de Guanambi	0	0	40
Total parcial - SUBSEÇÕES	23	531	174
Total geral – SJ/BA	73	668	451

Considerando que cada árvore de eucalipto produz cerca de 20 resmas (valor médio a depender da espécie e tamanho da árvore) e que a SJ/BA reduziu o consumo de papel branco em 3.061 resmas, foram preservados 153 eucaliptos. E sabendo que são necessários, em média, 10 litros de água para fabricação de uma folha de papel, ou seja, foram economizados 15.305.000 litros de água com a redução do consumo desta seccional.

Indicador 3 – Copos Descartáveis

META – Reduzir o consumo de copos descartáveis em 3% ao ano até 2020 – META ALCANÇADA

Ações propostas:

- a) Avaliação da viabilidade da substituição dos copos plásticos descartáveis 200 ml e 50 ml por modelos oxibiodegradáveis, considerando critérios de sustentabilidade nesse processo, pesquisando novas tecnologias e comparando o custo/benefício e o respectivo impacto financeiro com essa substituição. (Prazo: julho/2016). Os modelos oxibiodegradáveis não são recomendados e geram resíduos contaminantes no ambiente, fez-se opção por copos biodegradáveis. Encontra-se em andamento, conforme PA SEI 0017335-18.2017.4.01.8004, pedido de aquisição de copos de acrílico (retornáveis) para substituir os copos descartáveis. A Seção de Administração de Material solicitou, em 17/07/2017, conforme PA SEI 0009593-39.2017.4.01.8004, a compra de copos biodegradáveis de papel, mas a licitação fracassou para esse item.
- b) Redução do fornecimento de copos descartáveis – disponibilizando dados de consumo dos copos de 200 ml às unidades; apresentando periodicamente aos gestores das unidades os dados de consumo; estimando quantidade de consumo em conformidade com o número de servidores. (Prazo: julho/2016) - A Seção de Administração de Material encaminhou para a Seramb, em 2017, planilhas relativas aos consumos de copos plásticos desta Seção Judiciária. A estimativa da quantidade de copos por número de servidores por lotação foi feita para instrução do processo de compra de copos retornáveis acima mencionado. O sistema informatizado SICAM utilizado para registro e controle de estoque apresenta limitações na emissão de relatórios e inviabiliza a apresentação dos dados individuais de consumo. Prazo foi prorrogado.
- c) Campanha para uso racional de copos descartáveis e estímulo ao uso do copo retornável. (Prazo: dezembro/2016) – nenhuma matéria foi veiculada no jornal Justiça Federal Hoje – JFH, de circulação interna desta Seccional, durante o ano de 2017, para informar sobre a importância da economia de copos descartáveis. Prazo foi prorrogado.

Acompanhamento dos indicadores:

3.1 Consumo de copos para água (200ml)

3.1 Consumo de copos descartáveis para água			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 8.743			
Consumo em 2016: 7.561			
Consumo em 2017: 7.494			
Janeiro	350	Julho	366
Fevereiro	617	Agosto	843
Março	833	Setembro	473
Abril	219	Outubro	484
Maio	461	Novembro	923
Junho	1.691	Dezembro	234

3.2 Consumo de copos para café (50ml)

3.2 Consumo de copos descartáveis para café			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 2.075			
Consumo em 2016: 1.819			
Consumo em 2017: 1.923			
Janeiro	129	Julho	178
Fevereiro	107	Agosto	154
Março	151	Setembro	204
Abril	124	Outubro	176
Maio	192	Novembro	169
Junho	200	Dezembro	139

3.3 Consumo total de copos descartáveis

3.3 Consumo de copos descartáveis total			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 10.818			
Consumo em 2016: 9.380			
Consumo em 2017: 9.417			
Janeiro	479	Julho	544
Fevereiro	724	Agosto	997
Março	984	Setembro	677
Abril	343	Outubro	660
Maio	653	Novembro	1.092
Junho	1.891	Dezembro	373

3.4 Gasto (R\$) com copos para água

3.4 Gasto com copos descartáveis para água			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$27.372,93			
Gasto em 2016: R\$22.585,68			
Gasto em 2017: R21.278,09			
Janeiro	1.021,63	Julho	1.039,44
Fevereiro	1.752,28	Agosto	2.385,60
Março	2.365,72	Setembro	1.338,59
Abril	621,96	Outubro	1.369,72
Maio	1.306,40	Novembro	2.612,09
Junho	4.802,44	Dezembro	662,22

3.5 Gasto (R\$) com copos para café (50 ml)

3.5 Gasto com copos descartáveis para café			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$2.701,79			
Gasto em 2016: R\$2.207,14			
Gasto em 2017: R\$2.573,00			
Janeiro	156,09	Julho	238,52
Fevereiro	133,24	Agosto	206,36
Março	202,34	Setembro	275,38
Abril	166,16	Outubro	242,88
Maio	257,28	Novembro	233,54
Junho	268,00	Dezembro	193,21

3.6 Gasto total com copos descartáveis

3.6 Gasto com copos descartáveis total			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$30.074,72			
Gasto em 2016: R\$24.792,82			
Gasto em 2017: R\$23.851,09			
Janeiro	1.177,72	Julho	1.277,96
Fevereiro	1.885,52	Agosto	2.591,96
Março	2.568,06	Setembro	1.613,97
Abril	788,12	Outubro	1.612,60
Maio	1.536,68	Novembro	2.845,63
Junho	5.070,44	Dezembro	855,43

Análise dos resultados:

Conforme demonstra o gráfico 4, que aponta a projeção de consumo para o ano de 2020, a meta foi atingida, ocorrendo uma redução bastante significativa, de 12,95% (1.401 centos) do consumo total de copos descartáveis, em relação ao ano de 2015. Comparando o consumo atual com o consumo de 2016 verifica-se um aumento de 0,39% (37 centos). E redução no gasto total com copos descartáveis de 3,80% (R\$941,73).

Gráfico 4 - PROJEÇÃO DE CONSUMO ATÉ 2020
META: REDUZIR O CONSUMO TOTAL DE COPOS EM 3%
CONSUMO EM CENTOS DE COPOS DESCARTÁVEIS - SJ/BA

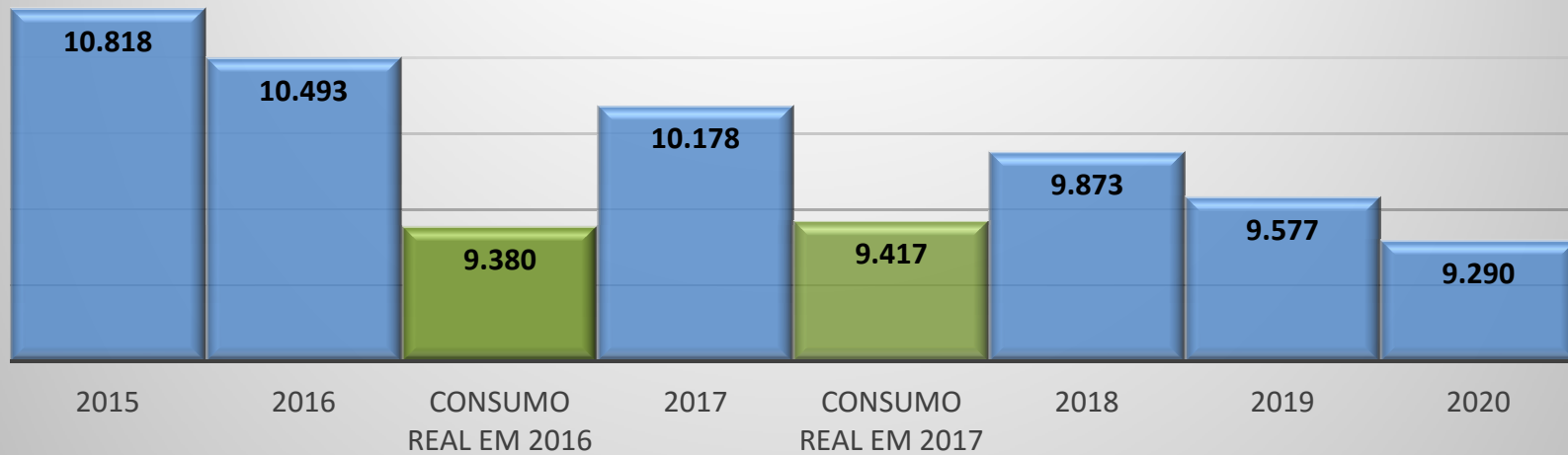


Gráfico 5 - CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS - SJ/BA

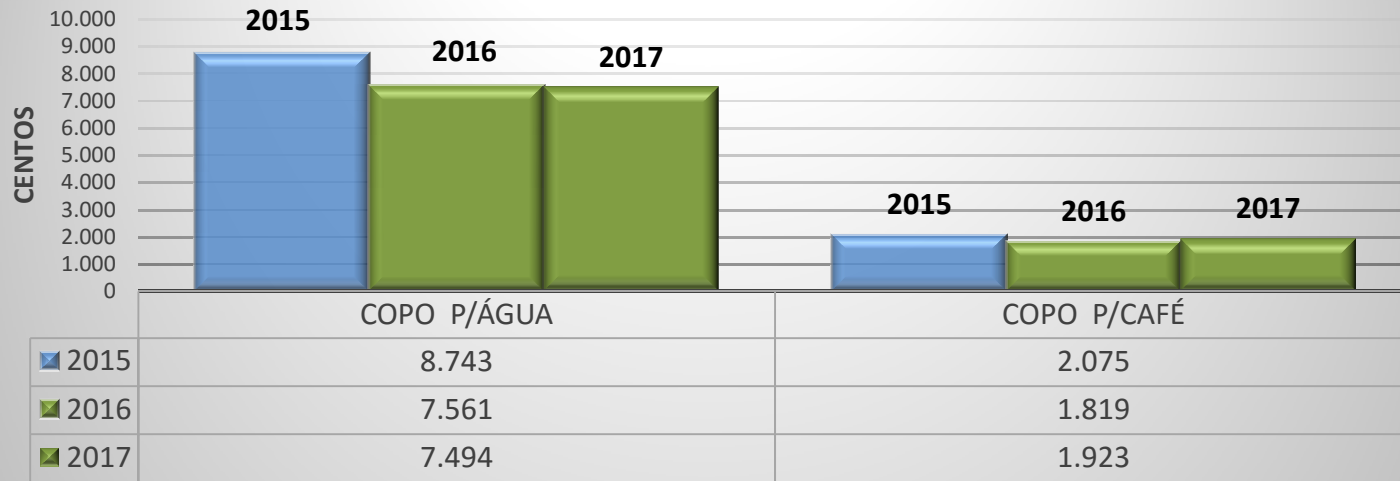
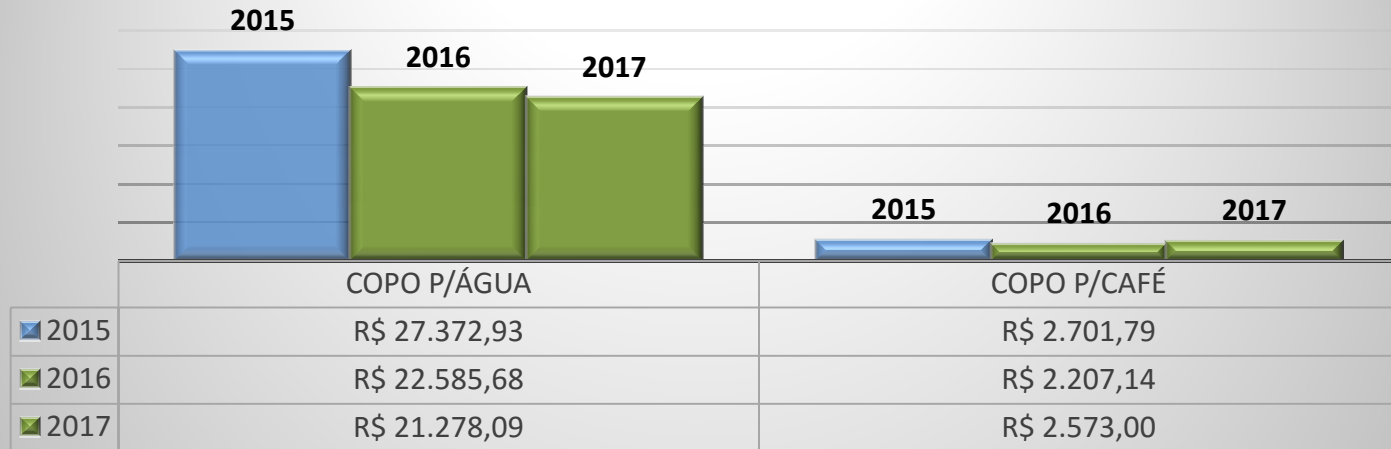


Gráfico 6 - GASTO TOTAL COM COPOS DESCARTÁVEIS - SJ/BA



Embora tenha ocorrido um pequeno aumento no consumo de copos, houve também aumento na força de trabalho.

TABELA 5 - CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS			
PERÍODO	CONSUMO EM CENTOS	FORÇA DE TRABALHO TOTAL	CONSUMO PER CAPITA EM CENTOS
2015	10.818	2.018	5,36
2016	9.380	2.027	4,63
2017	9.417	2.064	4,56

Indicador 4 – Água envasada em embalagem plástica

Nenhuma ação ou meta foi proposta em 2017 no PLS/BA para proporcionar economia de água envasada em embalagem plástica. Aventou-se a possibilidade de substituição dos atuais bebedouros de garrafão por purificadores de água na Sede desta seccional. A Subseção de Feira de Santana adquiriu purificadores.

Acompanhamento dos indicadores:

4.1 Consumo de água mineral em garrafas de 500ml

4.1 Consumo de embalagens descartáveis para água mineral			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 1.600			
Consumo em 2016: 2.600			
Consumo em 2017: 3.213			
Janeiro	0	Julho	264
Fevereiro	84	Agosto	738
Março	96	Setembro	106
Abril	84	Outubro	518
Maio	228	Novembro	860
Junho	132	Dezembro	103

4.2 Consumo de água mineral em garrações de 20 l

4.2 Consumo de embalagens retornáveis para água mineral			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 15.576			
Consumo em 2016: 15.802			
Consumo em 2017: 16.059			
Janeiro	1.133	Julho	1.185
Fevereiro	1.327	Agosto	1.345
Março	1.393	Setembro	1.538
Abril	1.106	Outubro	1.771
Maio	1.314	Novembro	1.450
Junho	1.150	Dezembro	1.347

4.3 Gasto com água mineral em garrafas de 500ml

4.3 Gasto (R\$) com água mineral em embalagens descartáveis			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$1.264,00			
Gasto em 2016: R\$1.942,10			
Gasto em 2017: R\$2.303,01			
Janeiro	0,00	Julho	203,04
Fevereiro	57,84	Agosto	524,76
Março	68,76	Setembro	75,76
Abril	57,84	Outubro	381,56
Maio	151,68	Novembro	605,12
Junho	101,52	Dezembro	75,13

4.4 Gasto com água mineral em garrações de 20 l

4.4 Gasto com água mineral em embalagens retornáveis			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$96.785,76			
Gasto em 2016: R\$99.954,46			
Gasto em 2017: R\$97.706,95			
Janeiro	6.541,30	Julho	6.958,75
Fevereiro	7.913,81	Agosto	8.674,88
Março	8.383,74	Setembro	9.402,09
Abril	6.495,43	Outubro	11.447,97
Maio	7.625,36	Novembro	9.289,63
Junho	6.559,93	Dezembro	8.414,06

Análise dos resultados:

Houve aumento no consumo de 23,58% (613 garrafas) e aumento no gasto de 18,58% (R\$360,91) com garrafas de 500ml de água mineral. Aumento de 1,63% (257 garrações) e redução no gasto de 2,25% (R\$2.247,51). Vide gráficos 7 e 8.

Gráfico 7 - CONSUMO DE ÁGUA MINERAL - SJ/BA

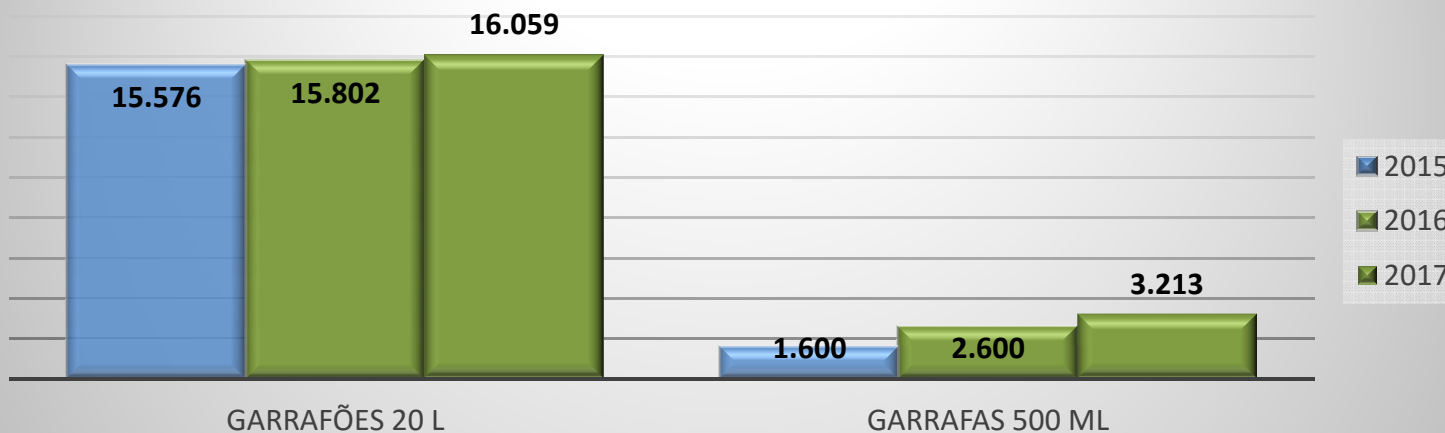
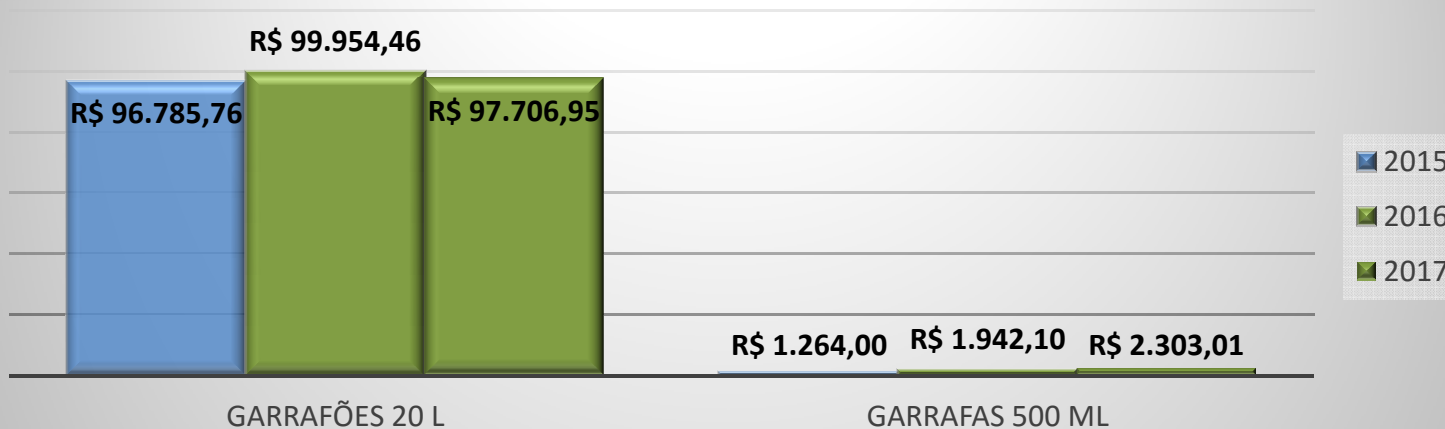


Gráfico 8 - GASTO COM ÁGUA MINERAL - SJ/BA



Em toda a Seção Judiciária da Bahia apenas 3 Subseções consumiram água mineral em garrafas de 500ml (Campo Formoso – 912 garrafas, Teixeira de Freitas – 691 garrafas e Vitória da Conquista –1.610 garrafas) no ano de 2017. Houve variação de preço do produto para cada cidade, sendo a média simples de preço de R\$7,62. Em 2016, o preço médio foi de R\$7,73. Houve em 2017, da mesma forma como em 2016, uma amplitude de preços dos garrafões de água mineral, o preço mais baixo foi contratado pela sede (R\$4,19) e o mais alto pela Subseção de Barreiras (R\$10,98), que também no ano passado contratou o garrafão por R\$14,00. Ocorreu também variação do preço contratado de um ano para o outro.

As aquisições de garrafões para fornecimento de água mineral na Sede, anexo e prédios dos Juizados Federais são feitas por Ata de Registro de Preços e mediante contrato, com vigência de 1 ano e sem possibilidade de reajuste no preço acordado, nas Subseções Judiciárias.

A Seção de Serviços Gerais cogitou a substituição da aquisição de garrafões de água mineral por utilização de bebedouros, mas são necessários estudos de viabilidade econômica devida à necessidade de reformas para adaptação da instalação hidráulica e custos com manutenção dos equipamentos. Estuda-se ainda a aquisição de purificadores de água.

Conforme Portaria DIREF/SECAD nº7/2018 (SEI 5429792) foi proibida a aquisição de água mineral em garrafas de 500ml. Só deverá ser adquirida água mineral envasada em garrafões de 20 litros.

A Subseção de Feira de Santana reduziu drasticamente o consumo de garrafões de água mineral, conforme pode ser observado na tabela 6. Essa Subseção que em 2016 consumiu 1.040 garrafões, em 2017, consumiu o total de 436 garrafões, o que representa uma redução bastante expressiva de 58%. Esse resultado é decorrente da substituição dos bebedouros de coluna para garrafão por bebedouros de pressão de água refrigerada instalados diretamente na rede de tubulação de água (purificadores), conforme processo SEI 0002576-49.2017.4.01.8004, proporcionando além da redução do consumo de água mineral, a redução do consumo de copos descartáveis.

A redução no gasto com água mineral em garrafões de 20 litros se deu, principalmente, graças a queda de consumo da Subseção de Feira de Santana e da queda dos preços do produto em alguns municípios.

As tabelas 6 e 7, a seguir, apresentam, respectivamente, o consumo individual de garrafões de 20 litros das unidades administrativas desta seccional e os valores contratados nos anos de 2015, 2016 e 2017 em cada uma delas:

TABELA 6 - CONSUMO DE GARRAFÕES DE 20 LITROS			
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	2015	2016	2017
Vara Única de Alagoinhas	435	437	463
Vara Única de Barreiras	437	249	480
Vara Única de Bom Jesus da Lapa	620	725	727
Vara Única de Campo Formoso	256	403	306
Vara Única de Eunápolis	247	311	292
Subseção Judiciária de Feira de Santana – (3 Varas)	1.130	1.040	436
Vara Única de Guanambi	245	318	455
Vara Única de Ilhéus	900	960	960
Vara Única de Irecê	348	251	273
Subseção Judiciária de Itabuna – (2 Varas)	452	701	660
Vara Única de Jequié	540	588	478
Vara Única de Juazeiro	960	960	950
Vara Única de Paulo Afonso	720	499	501
Vara Única de Teixeira de Freitas	232	280	257
Subseção Judiciária de Vitória da Conquista –(2 Varas)	652	642	1.080
Sede/Anexo/JEFs – 24 Varas	7.402	7.438	7.741
TOTAL	15.576	15.802	16.059

TABELA 7 - PREÇO CONTRATADO - ÁGUA MINERAL						
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	Garrafão 20 LITROS			Garrafa 500ml		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Sede/Anexo/JEFs - Salvador	R\$3,20*	R\$5,06**	4,19***	-	-	-
Subseção Judiciária de Alagoinhas	R\$ 6,00	R\$ 5,95	R\$ 7,50	-	-	-
Subseção Judiciária Barreiras	R\$ 10,00	R\$ 14,00	R\$ 10,98	-	-	-
Subseção Judiciária Bom J. da Lapa	R\$ 9,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	-	-	-
Subseção Judiciária Campo Formoso	R\$ 7,95	R\$ 7,45	R\$ 6,50	R\$0,85	R\$ 0,08	R\$ 0,60
Subseção Judiciária Eunápolis	R\$ 6,80	R\$ 7,00	R\$ 7,30	-	-	-
Subseção Judiciária Feira de Santana	R\$ 6,50	R\$ 7,00	R\$ 7,00	-	-	-
Subseção Judiciária Guanambi	R\$ 6,98	R\$ 6,39	R\$ 6,99	-	-	-
Subseção Judiciária Irecê	R\$ 7,00	R\$ 7,00	R\$ 7,50	-	-	-
Subseção Judiciária Ilhéus	R\$ 7,50	R\$ 6,90	R\$ 7,80	-	-	-
Subseção Judiciária Itabuna	R\$ 8,00	R\$ 8,50	R\$ 8,90	R\$0,79	-	-
Subseção Judiciária Jequié	R\$ 6,50	R\$ 6,50	R\$ 6,00	-	-	-
Subseção Judiciária Juazeiro	R\$ 8,30	R\$ 9,50	R\$ 8,30	-	-	-
Subseção Judiciária Paulo Afonso	R\$ 6,89	R\$ 6,80	R\$ 6,95	-	-	-
Subseção Judiciária Teixeira Freitas	R\$ 6,50	R\$ 8,00	R\$ 7,50	-	R\$ 1,00	R\$ 0,91
Subseção Judiciária Vit. da Conquista	R\$ 7,00	R\$ 7,70	R\$ 8,49	R\$0,79	R\$ 0,63	R\$ 0,70

* Em Salvador o preço de R\$3,20 foi praticado até março de 2015 quando foi cancelada a Ata de Registro de Preços nº 22/2014 em razão do descumprimento das obrigações por parte do fornecedor. A partir de junho de 2015 foi firmada nova Ata de nº 11/2015 e o novo preço do garrafão foi de R\$5,06. Foi necessária a aquisição, em 2015, de 1.582 garrafões, com suprimento de fundos/reembolso, totalizando um gasto de R\$10.107,00.

** Em agosto de 2016 a seccional contratou, mediante Ata de Registro de Preços nº 07/2016, pelo preço unitário de R\$3,80 o garrafão de 20 litros.

*** A partir de agosto de 2017, conforme Ata de Registro de Preços nº 10/2017, o preço do garrafão contratado foi de R\$4,19.

Indicador 5 – Impressão

META – redução de consumo de papel, cartuchos e tonners e energia elétrica – meta avaliada para cada item separadamente

Ações propostas

- a) Configuração das impressoras para padrão frente e verso. (Prazo:1º semestre/2016) – O Núcleo de Tecnologia – NUTEC efetuou as configurações nas unidades.
- b) Configuração de impressoras e computadores em modo econômico – (Prazo:1º semestre/2016) - O Núcleo de Tecnologia – NUTEC efetuou as configurações nas unidades.
- c) Configuração padrão de uma impressora para três computadores, ressalvadas situações específicas que demandam um maior quantitativo de impressoras. (Prazo:1º semestre/2016) – o Setor de Suporte Técnico do Núcleo de Tecnologia visitou todas as unidades administrativas para sensibilizar quanto à necessidade de redução de consumo de papel, toner e número de impressoras ligadas por setor. As configurações foram providenciadas de acordo com as indicações de compartilhamento feitas pelas unidades. Em algumas unidades não houve indicação para redução do uso de impressoras através do compartilhamento. Concluiu ser difícil mensurar a contribuição dessa ação para a redução do consumo por falta de indicadores anteriores e por não haver garantia da manutenção das alterações efetuadas.

Essas ações serão excluídas do PLS em razão de terem sido concluídas.

Acompanhamento dos indicadores

5.2 Quantidade de impressoras e 5.4 Gasto com aquisições de suprimentos

IMPRESSÃO	2015	2016	2017
5.2 - Quantidade de equipamentos de impressão	1.609	1.605	1.609
5.4 - Gasto com aquisições de suprimentos	R\$ 237.079,43	R\$235.752,45	R\$277.443,59

Análise dos resultados:

Esta seccional não monitora a quantidade de impressões (item 5.1), a performance dos equipamentos instalados (item 5.3), o gasto com aquisição de impressoras (item 5.5 – a compra é centralizada no TRF1) e o gasto com terceirização de impressão (item 5.6 – não existem contratos dessa natureza firmados na SJ/BA). As ações propostas tiveram como objetivo a redução do consumo de papel, do consumo de cartuchos e toner e de energia elétrica. Não ocorreu variação significativa na quantidade de equipamentos de impressão. O gasto com aquisição de suprimentos em 2016 foi de R\$235.752,45, e no ano de 2017, R\$277.443,59, aumento de 17,68% (R\$41.691,14).

Cabe aqui relatar que a Seção de Administração de Material desta seccional está sempre alertando a administração sobre a importância da integração entre as compras de equipamentos de impressão efetuadas no TRF1 e as compras de suprimentos realizadas nesta seccional. A título de exemplo, a SEMAT, em 28/07/2017, quando instada a se manifestar sobre gestão de riscos nos processos de compras governamentais, no PA SEI 0026338-43.2016.4.01.8000, ressaltou a importância da comunicação prévia das inovações tecnológicas promovidas pelo Tribunal, tendo em vista que essas inovações repercutem na aquisição de novos suprimentos e consequente necessidade de descarte dos toners que ficam em desuso, em razão da substituição dos equipamentos.

Indicador 6 – Telefonia

META – Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel – META ALCANÇADA APENAS PARA TELEFONIA FIXA

Ações propostas

a) Telefonia móvel - Utilizar os recursos oferecidos pelo sistema de gestão on line da operadora de telefonia contratada para controlar a utilização de forma individualizada. Reedição de portaria que estabelece limites para utilização das estações móveis. (Prazo: 2016). – O Setor de Telefonia informa que após a instalação do Windows 10 nos microcomputadores da seccional o programa de tarifação não foi reinstalado, o sistema apresenta bloqueios e impede o acesso ao tarifador. A portaria não foi reeditada. Prazo foi prorrogado. O processo PA SEI 0000689-93.2018.4.01.8004 está tratando da possibilidade de reedição da portaria.

b) Telefonia fixa (Sede) - Rever os perfis de configuração dos ramais DDR do edf. Sede e JEFs. (Prazo: 2016) – Não houve a revisão. Prazo foi prorrogado.

c) Aprimorar o uso dos sistemas de tarifação das centrais telefônicas da Sede e Subseções através da emissão de relatórios mensais individualizados por unidade e ramal e envio mensal ao gestor da unidade para melhor acompanhamento da utilização da telefonia fixa. (Prazo: 2016) – O controle individualizado depende da reedição da portaria. Prazo foi prorrogado.

Estas ações constaram do Tema 6 – Contratações sustentáveis do PLS/BA.

Acompanhamento dos indicadores:

6.1 Gasto com telefonia fixa

6.1 Gasto com telefonia fixa			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$285.101,92			
Gasto em 2016: R\$269.897,07			
Gasto em 2017: R\$254.452,69			
Janeiro	17.670,80	Julho	21.391,33
Fevereiro	21.393,56	Agosto	22.004,88
Março	22.041,65	Setembro	21.969,78
Abril	22.272,49	Outubro	22.258,21
Maio	21.403,67	Novembro	19.451,15
Junho	21.412,03	Dezembro	21.183,14

6.2 Quantidade de linhas telefônicas fixas

TELEFONIA	2015	2016	2017
6.2 - Linhas telefônicas fixas	810	1.053	1.053

6.3 Gasto relativo com telefonia fixa

TELEFONIA	2015	2016	2017
6.3 - Gasto relativo com telefonia fixa	R\$351,98	256,31	241,64

6.4 Gasto com telefonia móvel

6.4 Gasto com telefonia móvel			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: 53.819,05			
Gasto em 2016: 53.067,08			
Gasto em 2017: 59.755,75			
Janeiro	4.191,63	Julho	5.173,07
Fevereiro	5.271,91	Agosto	5.804,06
Março	4.938,73	Setembro	5.133,01
Abril	4.271,20	Outubro	4.803,92
Maio	6.238,60	Novembro	5.473,50
Junho	5.720,04	Dezembro	2.736,08

6.5 Quantidade de linhas telefônicas móveis

TELEFONIA	2015	2016	2017
6.5 - Linhas telefônicas móveis	93	93	93

6.6 Gasto relativo com telefonia móvel

TELEFONIA	2015	2016	2017
6.3 – Gasto relativo com telefonia móvel	R\$578,70	R\$570,61	R\$642,53

Análise dos resultados:

Importante aqui ressaltar a necessidade de retificação dos dados referentes à telefonia móvel, informados no ano de 2016, no questionário do CNJ. Foi contabilizado, equivocadamente, em 2016, o valor total de gasto com telefonia móvel de R\$38.966,10. Ocorre que o contrato nº 71/2015, referente à contratação de serviço móvel para esta Seção Judiciária abrange a sede e as Subseções. Até janeiro de 2016 o pagamento era feito em conta unificada. A partir daí foi solicitado o desmembramento das contas para cada Subseção, no entanto, por desinformação, a SERAMB considerou apenas o valor gasto com telefonia móvel na sede da SJ/BA.

A quantidade de linhas telefônicas fixas e a quantidade de linhas telefônicas móveis não sofreu alteração. Houve redução insignificante no gasto total com telefonia móvel em 2016. Em 2017 ocorreu aumento de 12,60% (R\$6.688,67) no gasto com telefonia móvel. (vide tabela 9)

Houve redução no gasto com telefonia fixa de 5,72% (R\$15.444,38) em relação ao ano de 2016.

Informou a Seção de Comunicações, em 18/07/2017, que foi efetuado bloqueio na central telefônica para só ser permitido utilizar o DDD 31, conforme contrato, para as ligações de longa distância, evitando tarifação sem desconto contratual. É utilizada a rota VoIP nas ligações entre localidades do TRF 1ª Região. (PA SEI 0006570-56.2015.4.01.8004)

Gráfico 9 - GASTO TOTAL COM TELEFONIA FIXA E MÓVEL - SJ/BA



TABELA 8- GASTO COM TELEFONIA FIXA – SJ/BA			
UNIDADES	2015	2016	2017
Alagoinhas	R\$ 12.059,71	R\$ 9.666,11	R\$ 8.445,95
Barreiras	R\$ 15.219,91	R\$ 14.779,33	R\$ 11.461,19
Bom Jesus	R\$ 12.164,82	R\$ 10.444,12	R\$ 10.874,39
Campo Formoso	R\$ 15.218,96	R\$ 14.374,37	R\$ 15.009,08
Eunápolis	R\$ 20.707,37	R\$ 25.697,43	R\$ 15.746,91
Feira (3 Varas)	R\$ 23.043,63	R\$ 19.212,70	R\$ 20.192,06
Guanambi	R\$ 14.643,82	R\$ 12.931,84	R\$ 11.056,83
Ilhéus	R\$ 21.192,68	R\$ 18.695,48	R\$ 19.239,85
Irecê	R\$ 15.106,49	R\$ 11.235,25	R\$ 11.155,78
Itabuna (2 Varas)	R\$ 16.744,27	R\$ 16.450,23	R\$ 16.291,05
Jequié	R\$ 12.419,74	R\$ 13.989,18	R\$ 14.179,37
JEFs (6 Varas) e 4TRs	R\$ 21.100,87	R\$ 28.504,17	R\$ 24.569,73
Juazeiro	R\$ 11.877,95	R\$ 11.012,89	R\$ 11.529,30
Paulo Afonso	R\$ 13.258,97	R\$ 10.880,14	R\$ 12.101,00
Sede (18 Varas)	R\$ 40.760,47	R\$ 32.809,30	R\$ 34.166,87
Teixeira de Freitas	R\$ 13.194,56	R\$ 10.478,36	R\$ 9.964,26
Conquista (2 Varas)	R\$ 6.387,70	R\$ 8.736,17	R\$ 8.469,07
MÉDIA SIMPLES	R\$16.770,70	R\$15.876,30	R\$ 14.967,81
TOTAL	R\$285.101,92	R\$ 269.897,07	R\$ 254.452,69

No prédio sede e anexo da SJ/BA houve aumento de 4,14% (R\$1.357,57) no gasto com telefonia fixa. Houve redução 13,80% (R\$3.934,44) com o gasto no prédio dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais. Das 15 Subseções, 5 (cinco), (Alagoinhas, Barreiras, Eunápolis, Guanambi, Teixeira de Freitas) reduziram a despesa com telefonia fixa, conforme verifica-se observando a tabela 8.

Desconsiderando as peculiaridades de cada unidade, como, por exemplo, o fato de se tratar de Varas únicas (força de trabalho menor), Subseções com 2 ou 3 Varas, ou ainda, prédios que abrigam 6 Varas como os Juizados Especiais Federais ou o prédio sede e anexo onde funcionam 18 Varas, podemos afirmar (ver tabela 8) que as Subseções de Eunápolis, Feira de Santana e Ilhéus, apresentam, desde 2015, gastos com telefonia fixa acima da média simples da SJ/BA. Também verifica-se observando a tabela 8 que a média de gasto da Seção Judiciária vem sofrendo decréscimo desde 2015.

TABELA 9 - GASTO COM TELEFONIA MÓVEL - SJ/BA		
SUBSEÇÕES	2016	2017
Alagoinhas	R\$ 633,73	R\$ 612,65
Barreiras	R\$ 616,32	R\$ 660,89
Bom Jesus	R\$ 567,33	R\$ 741,39
Campo Formoso	R\$ 462,82	R\$ 580,80
Eunápolis	R\$ 2.662,58	R\$ 5.718,86
Feira (3 Varas)	R\$ 864,82	R\$ 2.225,92
Guanambi	R\$ 756,41	R\$ 440,36
Ilhéus	R\$ 1.229,91	R\$ 608,73
Irecê	R\$ 506,17	R\$ 639,43
Itabuna (2 Varas)	R\$ 443,09	R\$ 608,26
Jequié	R\$ 708,34	R\$ 705,47
Juazeiro	R\$ 995,78	R\$ 2.493,43
Paulo Afonso	R\$ 2.576,16	R\$ 3.051,06
Sede (24 Varas)	R\$ 38.966,10	R\$ 39.449,91
Teixeira de Freitas	R\$ 547,94	R\$ 591,36
Conquista (2 Varas)	R\$ 529,58	R\$ 627,23
MÉDIA SIMPLES	R\$ 3.316,69	R\$ 3.734,73
TOTAL	R\$ 53.067,08	R\$ 63.490,48

TEMA 2 – ENERGIA ELÉTRICA

Indicador 7 – Energia elétrica

META – Reduzir o consumo de energia elétrica – META ALCANÇADA

Ações propostas:

- a) Implantar a iluminação LED. Substituição das luminárias e lâmpadas da área externa, incluindo estacionamento. Substituição gradual das lâmpadas da área interna (Varas, Núcleos e demais setores) (Prazo: 2016) – A Seção de Serviços Gerais efetuou a troca dos refletores do estacionamento por lâmpadas LED. Estabeleceu como meta para 2017 a realização da troca das atuais lâmpadas instaladas por modelos de baixo consumo de energia do tipo “led” de forma paulatina e constante, conforme surgimento de necessidade de troca por queima. Foram adquiridas 1.050 lâmpadas LED em 2017. Foram substituídas 845 lâmpadas fluorescentes. Prazo foi prorrogado para junho de 2019, conforme Plano de Ação consolidado e revisado em novembro de 2017.
- b) Incrementar a utilização de sensores de presença (Prazo: 2016) – foram instalados 50 sensores. Ação concluída em 2016.
- c) Reduzir quantidade de lâmpadas mediante alternância do funcionamento de luminárias (Prazo: 2016) – Não foi implementada.
- d) Reduzir o funcionamento do sistema de refrigeração geral (Prazo: 2016) – os aparelhos do sistema central de refrigeração são desligados a partir das 18h00 na Sede, conforme determinado na Portaria DIREF 55. Ação contínua. A mencionada portaria foi revogada e substituída pela Portaria n. 07/2018 (5429792), de 17/01/2018, que determinou o desligamento dos equipamentos de climatização de ambiente a partir das 17h45m.
- e) Revisão dos contratos de demanda de potência energética das Subseções (Prazo: 2016), em 2017 não houve adequação da demanda contratada.

A redução da demanda contratada de 580kW para 200 kW, da Subseção de Feira de Santana, a partir de novembro/2016, repercutiu de forma significativa, no ano de 2017, nos gastos com energia elétrica daquela Subseção em relação ao ano de 2016.

- f) Avaliação do consumo de KVAR excedente. Avaliar a necessidade e o tempo de retorno da implementação de banco de capacitores com a finalidade de anular a taxa extra cobrada por consumo de potência reativa excedente. (Prazo: 2016) – Prazo foi prorrogado.
- g) Otimização do uso dos elevadores (Prazo: 2016) – foi reduzido o número de elevadores em funcionamento durante a semana e ocorre o total desligamento nos finais de semana nos prédios Sede, Anexo e Juizados Especiais Federais, conforme Portaria DIREF 55 (portaria revogada em janeiro/2018). Ação cancelada em razão das consequências provocadas pelo desligamento. O número de chamados técnicos para manutenção dos elevadores cresceu após a prática proposta.

Acompanhamento dos indicadores:

7.1 Consumo de energia elétrica (kWh)

7.1 Consumo de energia elétrica			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 6.539.234,34			
Consumo em 2016: 5.706.712,48			
Consumo em 2017: 5.604.363,27			
Janeiro	430.800,13	Julho	401.177,78
Fevereiro	523.442,84	Agosto	418.467,92
Março	513.623,49	Setembro	414.251,13
Abril	493.059,10	Outubro	464.609,61
Maio	504.065,65	Novembro	470.157,90
Junho	473.315,75	Dezembro	497.391,97

7.2 Consumo (kWh) relativo com energia elétrica

ENERGIA	2015	2016	2017
7.2 – Consumo relativo com energia elétrica	130,84	114,18	112,13

7.3 Gasto (R\$) com energia elétrica

7.3 Gasto com energia elétrica			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: 3.430.653,38			
Gasto em 2016: 3.154.385,55			
Gasto em 2017: 3.118.576,67			
Janeiro	226.721,63	Julho	238.937,01
Fevereiro	262.720,04	Agosto	236.101,69
Março	269.427,19	Setembro	251.916,81
Abril	244.078,08	Outubro	274.940,93
Maio	279.285,91	Novembro	283.901,05
Junho	263.480,87	Dezembro	287.065,46

7.4 Gasto (R\$) relativo com energia elétrica

ENERGIA	2015	2016	2017
7.4 – Gasto relativo com energia elétrica	R\$68,64	R\$63,11	R\$62,39

7.5 Negociação tarifária – Não ocorreu negociação tarifária em 2017

7.5 Negociação tarifária – anos anteriores			
SUBSEÇÃO	MÊS/ANO DA NEGOCIAÇÃO	Demanda (kW) - original	Demanda (kW) - adequada
Vitória da Conquista	06/2015	200	100
Jequié	09/2016	350	100
Irecê	10/2016	70	55
Feira de Santana	11/2016	580	200

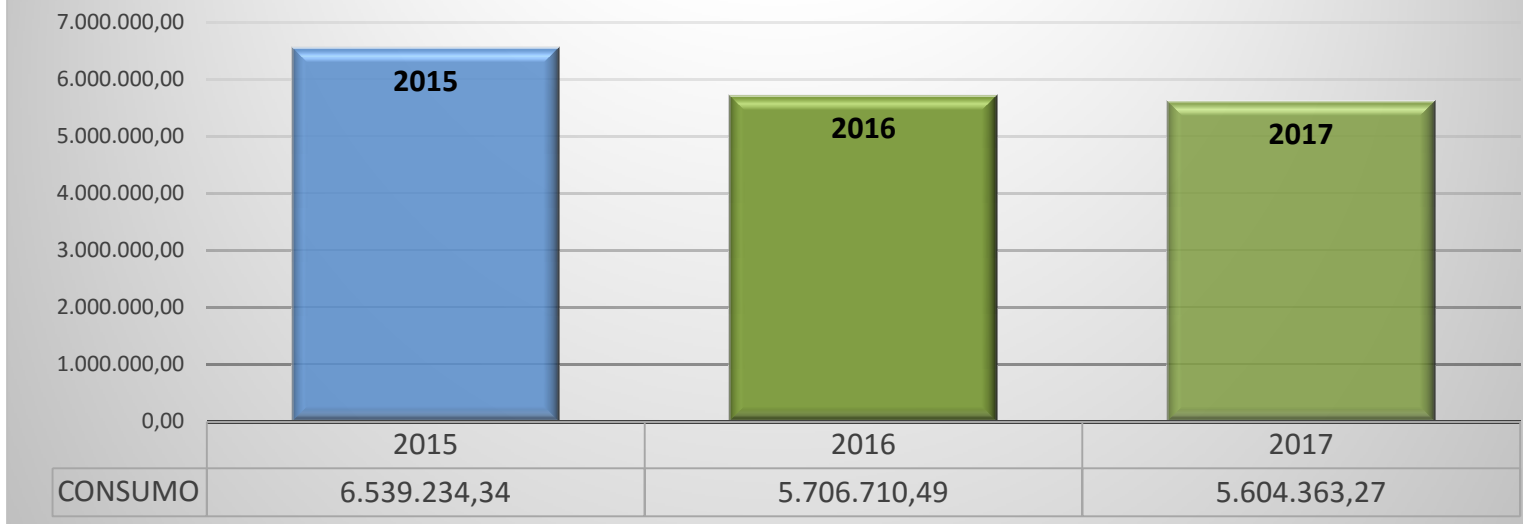
Análise dos resultados:

A meta de redução de consumo de energia foi atingida. Houve redução de 2,09% (119.237,79 kWh) no consumo e economia de 1,47% (R\$46.464,29) no gasto com energia elétrica desta Seção Judiciária e suas Subseções.

O gasto com energia elétrica foi influenciado pela variação sofrida nas bandeiras tarifárias, que indicam acréscimo ou não no valor da energia, em função das condições de geração de eletricidade. Conforme depreende-se observando a tabela 10, a energia elétrica em 2017 foi mais cara que em 2016. No ano de 2016 não houve acréscimo na tarifa durante 8 meses, já em 2017 a tarifa verde ocorreu em apenas 3 meses do ano. 6 meses do ano de 2017 foram tarifados com a bandeira vermelha, sendo que dois deles (outubro e novembro) ficaram submetidos à tarifa mais custosa – vermelha – patamar 2, acréscimo de R\$0,05 para kWh consumido.

TABELA 10 - BANDEIRAS TARIFÁRIAS - ENERGIA ELÉTRICA			
	2015	2016	2017
JANEIRO	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)	VERMELHA - 2 (+R\$4,50)	VERDE
FEVEREIRO	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)	VERDE
MARÇO	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	AMARELA (+R\$1,50)	AMARELA (+R\$2,00)
ABRIL	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	VERDE	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)
MAIO	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	VERDE	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)
JUNHO	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	VERDE	VERDE
JULHO	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	VERDE	AMARELA (R\$2,00)
AGOSTO	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	VERDE	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)
SETEMBRO	VERMELHA - 2 (+R\$4,50)	VERDE	AMARELA (+R\$2,00)
OUTUBRO	VERMELHA - 2 (+R\$4,50)	VERDE	VERMELHA - 2 (+R\$3,50)
NOVEMBRO	VERMELHA - 2 (+R\$4,50)	AMARELA (+R\$1,50)	VERMELHA - 2 (+R\$5,00)
DEZEMBRO	VERMELHA - 2 (+R\$4,50)	VERDE	VERMELHA - 1 (+R3,00)

Gráfico 10 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM KWh - SJ/BA



O gasto com consumo de energia elétrica nos prédios de Salvador (prédio Sede, Anexo, JEFs e Arquivo) representa 54% (R\$1.687.814,53) do gasto total da Seção Judiciária e nas instalações das Subseções o gasto representa 46% (R\$1.420.106,73). Vide gráfico 12 e 13 a seguir.

Gráfico 11 - GASTO COM ENERGIA ELÉTRICA - SJ/BA

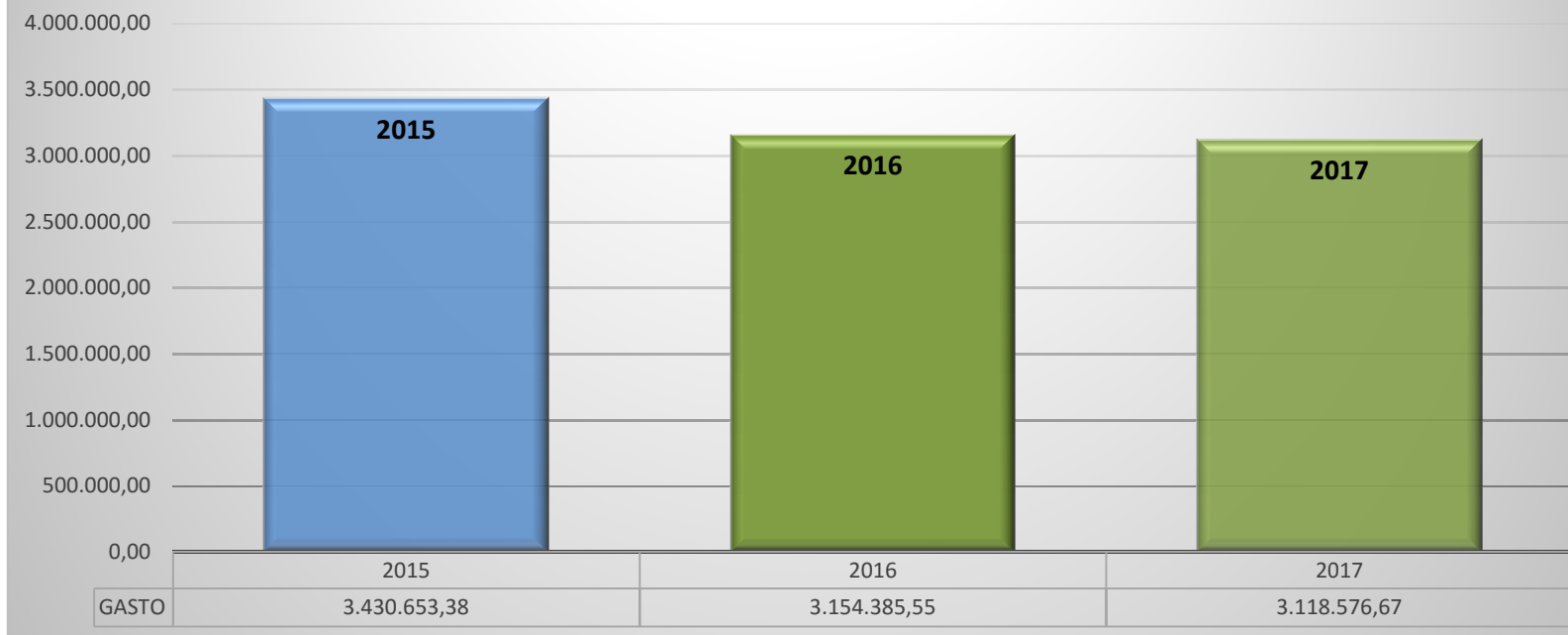
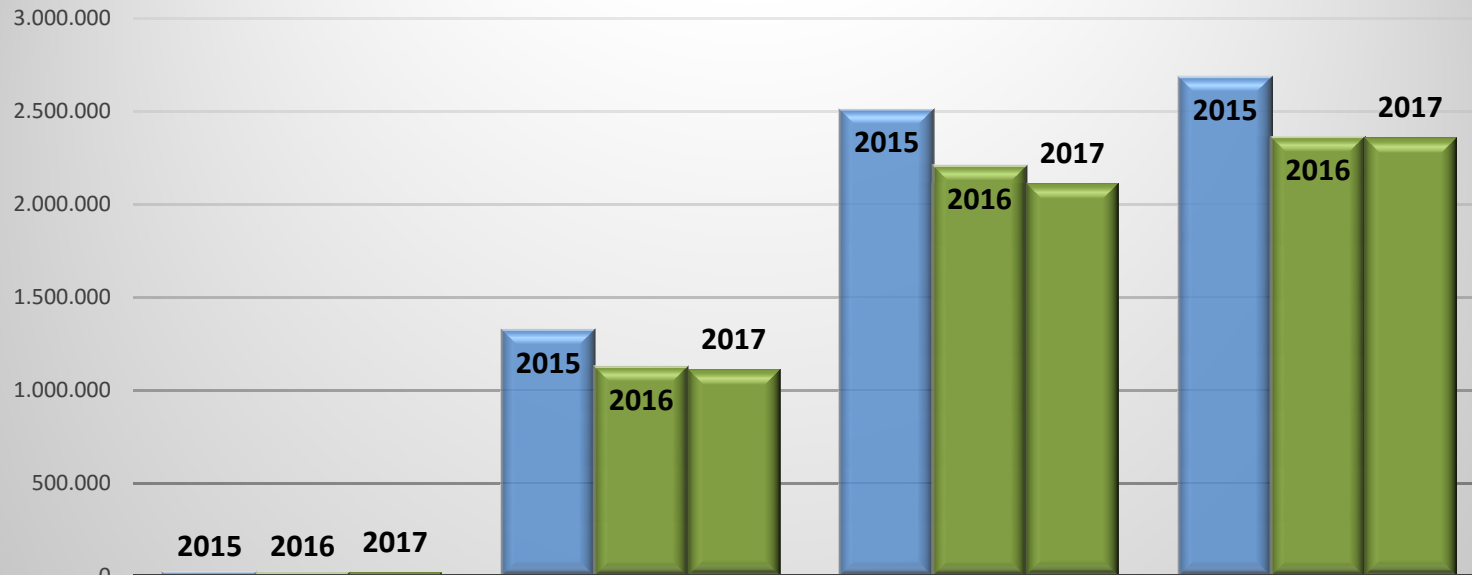
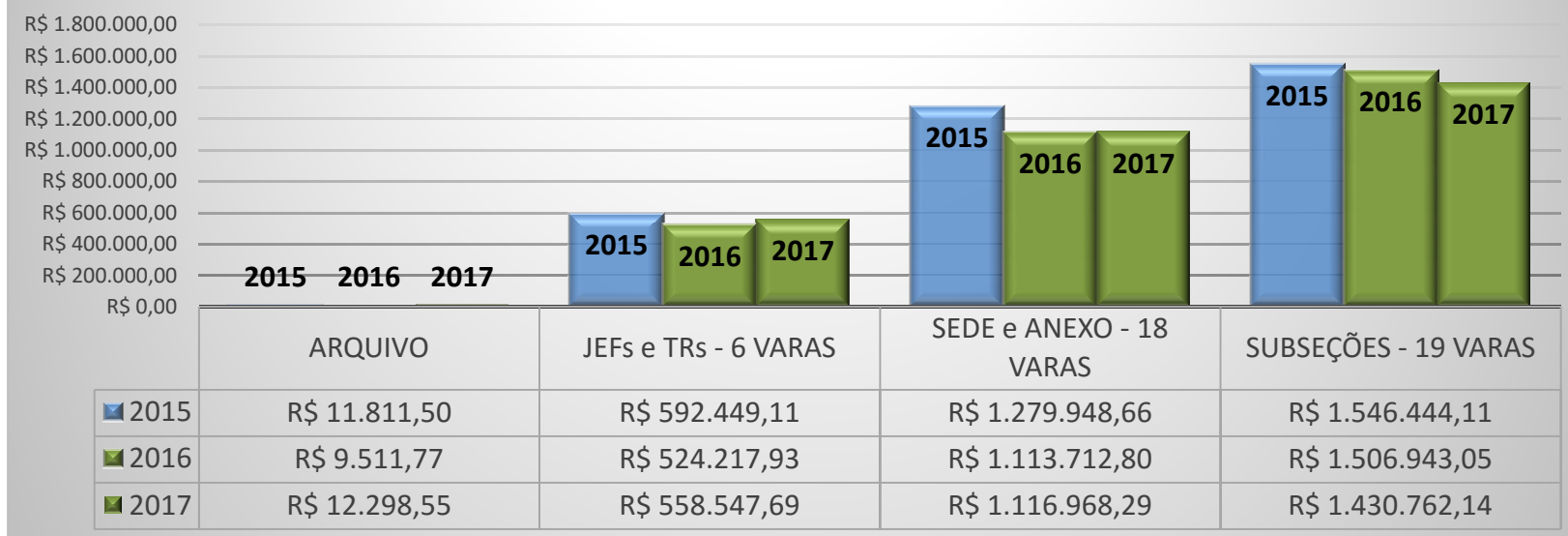


Gráfico 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (KWh) - SJ/BA



	ARQUIVO	JEFs	SEDE e ANEXO	SUBSEÇÕES
2015	21.137	1.325.373,02	2.509.650,18	2.683.074,14
2016	16.649	1.125.652,14	2.204.556,48	2.359.854,86
2017	20.075	1.113.256,44	2.113.372,92	2.357.658,91

Gráfico 13 - GASTO (R\$) COM ENERGIA ELÉTRICA - SJ/BA



A Portaria DIREF 55, de 01/03/2016, que determinou medidas de contenção de despesas relativas ao horário de funcionamento dos elevadores, aparelhos de ar condicionado e iluminação das áreas comuns dos prédios sede, anexo e JEFs, contribuiu amplamente para a redução do consumo de energia elétrica. A Portaria foi editada para responder a forte restrição orçamentária no Poder Judiciário no ano de 2016.

Importante utilizar para avaliação de economia de energia o real consumo em kWh, considerando que a observação isolada do valor gasto sofre influência de vários fatores, como por exemplo, acréscimo/decrécimo em função da bandeira aplicada, se verde, vermelha ou amarela. (vide tabela 10). A estrutura tarifária depende da modalidade de fornecimento de energia elétrica contratada e considera os quantitativos de consumo (kWh) e/ou demanda de potência ativa (kW). A Contribuição de Iluminação Pública – CIP também varia de município para

município, sendo que a Subseção que registrou, em suas faturas de energia, tanto em 2016 quanto em 2017, o valor mais baixo para a CIP foi Teixeira de Freitas (R\$30,00) e a que apresentou o valor mais alto foi Ilhéus, com valor médio de R\$2.088,37, pois ocorreu também nesta cidade variação mensal da CIP. Registre-se que nas contas de energia das Subseções de Barreiras, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista não constaram informações de cobrança de CIP.

Houve aumento na CIP das Subseções de Alagoinhas (de R\$190,52 para R\$205,02) e Feira de Santana (de R\$353,18 para R\$380,98). Não ocorreu variação nas taxas de iluminação pública nas demais Subseções cujas faturas costumam registrar os valores de cobrança desse imposto. O valor da CIP em Salvador foi de R\$187,99.

Também ocorreu aumento nos valores das bandeiras tarifárias (vide tabela 10): a bandeira amarela passou de R\$1,50 para R\$2,00 e a vermelha patamar 2 de R\$3,50 para R\$5,00.

As Subseções Judiciárias são atendidas em diferentes tipos de tensão em função das características de cada região. As Subseções de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Campo Formoso, Eunápolis, Guanambi, Juazeiro e Teixeira de Freitas são classificadas pela ANEEL como unidades consumidoras de baixa tensão (<2,3kW –subgrupo B3) e pagam somente o consumo mensal em kWh. As demais unidades da SJ/BA estão classificadas como consumidoras de média tensão (>2,3kW – subgrupo A4) e pagam de acordo com o estipulado no contrato pelos valores de consumo em kWh e de demanda (kW) conforme opções de estrutura tarifária: convencional (para unidades consumidoras com dificuldade de programar a utilização da carga (demanda) ao longo das horas do dia), horário verde (para unidades consumidoras com possibilidade de reprogramação da utilização da carga (demanda) ao longo das horas do dia) e horário azul (para unidades consumidoras que não permitem a redução da carga).

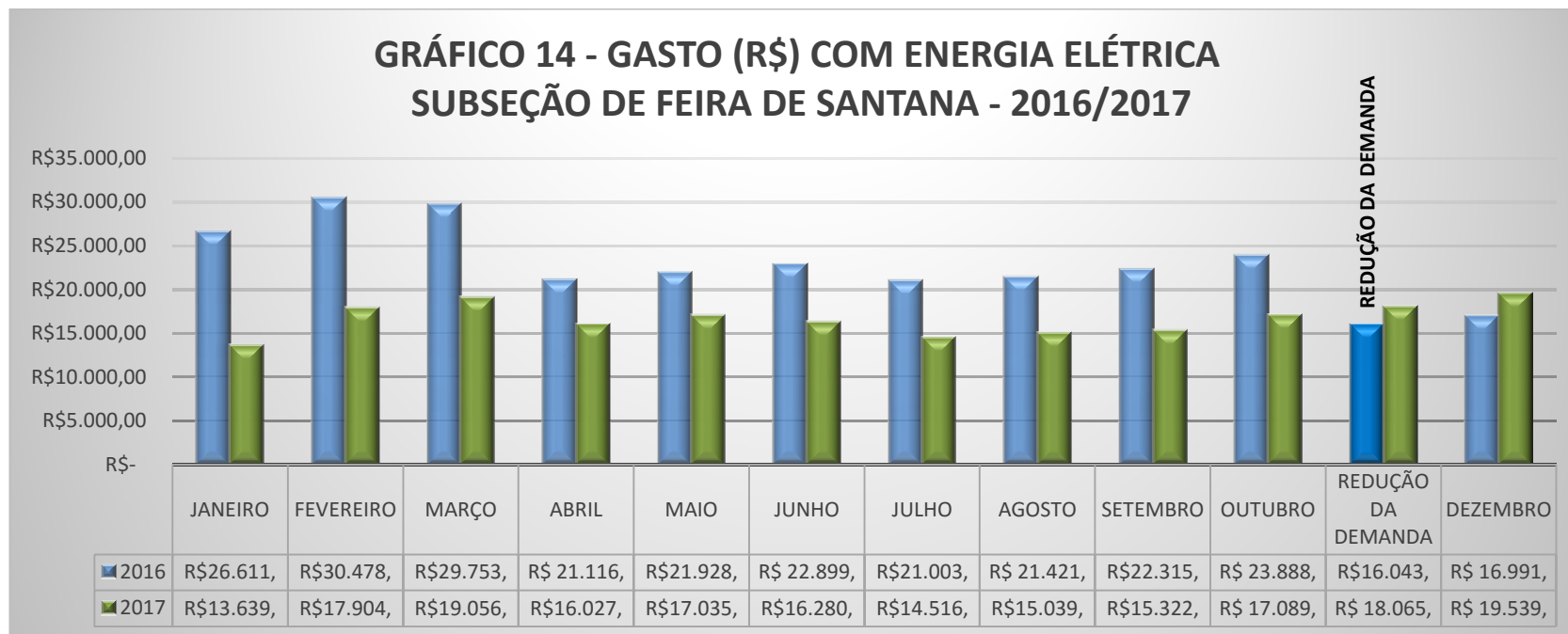
A análise do consumo de energia elétrica também não deve ser dissociada de eventuais ocorrências no período, como por exemplo, reformas, feriados prolongados ou suspensão de expediente ou situações que possam reduzir ou ampliar de forma significativa o consumo.

O prédio Sede e anexo consumiram, em 2017, 38% do total de energia elétrica da SJ/BA, o prédio dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais consumiram 20% e as Subseções responderam por 42%.

Das 15 Subseções Judiciárias 5 (cinco) – quais sejam: Irecê, Campo Formoso, Juazeiro, Vitória da Conquista e Ilhéus apresentaram aumento no consumo de energia e 8 (oito) aumento no gasto com energia: Irecê, Campo Formoso, Juazeiro, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Paulo Afonso, Itabuna e Teixeira de Freitas. (vide tabelas 11 e 12)

TABELA 11 – CONSUMO RELATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA – SJ/BA (kWh/m²)				
UNIDADES	ÁREA (m²)	2015	2016	2017
Irecê	598,96	301	169	177
Campo Formoso	681,78	173	149	157
Juazeiro	658,23	174	170	185
Barreiras	702,54	193	182	182
Bom J. da Lapa	758,27	140	125	121
Eunápolis	762,75	141	140	127
Alagoinhas	862,52	100	88	76
Guanambi	1.178,25	109	100	78
Paulo Afonso	1.682,71	195	114	112
Itabuna	2.692,50	57	68	64
Teixeira de Freitas	1.457,42	73	71	71
Vit. da Conquista	2239,31	112	99	107
Ilhéus	2821,51	116	101	106
Jequié	2829,03	47	65	61
Feira de Santana	4475,92	91	78	78
JEFS	8.093,37	164	139	138
Sede/Anexo	16.248,33	79	69	130
Arquivo	1.236,80	10	8	16
Total/médias	49.980,20	121	103	110

O gráfico abaixo ilustra a economia significativa decorrente da adequação da demanda contratada no gasto com energia elétrica, na Subseção Judiciária de Feira de Santana, mediante formalização por Termo Aditivo ao contrato original, firmado em novembro de 2016. Ocorreu redução da demanda contratada de 580Kw para 200Kw.



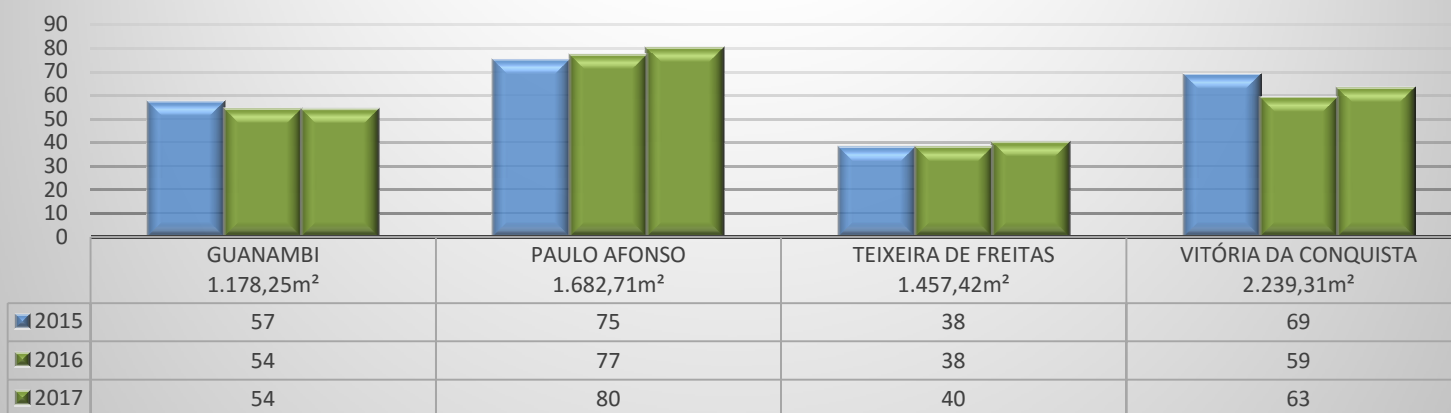
A tabela abaixo e os gráficos seguintes demonstram que houve redução do consumo relativo de energia elétrica em 08 (oito) unidades desta Seção Judiciária, duas mantiveram o consumo do ano de 2016 (Subseção de Feira de Santana e Teixeira de Freitas e 08 (oito) aumentaram o consumo relativo de energia em 2017.

TABELA 12 – GASTO (R\$) COM ENERGIA ELÉTRICA							
UNIDADES	ÁREA (m²)	GASTO (R\$)	GASTO RELATIVO (R\$/m²)	GASTO (R\$)	GASTO RELATIVO (R\$/m²)	GASTO (R\$)	GASTO RELATIVO (R\$/m²)
		2015	2015	2016	2016	2017	2017
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IRECÊ – VARA ÚNICA	598,96	R\$ 67.414,03	113	R\$ 60.040,33	100	R\$ 63.912,54	107
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO FORMOSO – VARA ÚNICA	681,78	R\$ 65.711,55	96	R\$ 54.939,69	81	R\$ 64.831,36	95
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO – VARA ÚNICA	658,23	R\$ 58.356,07	89	R\$ 61.586,64	94	R\$ 71.570,98	109
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS – VARA ÚNICA	702,54	R\$ 70.429,36	100	R\$ 67.645,81	96	R\$ 72.014,17	103
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BOM JESUS DA LAPA – VARA ÚNICA	758,27	R\$ 57.535,49	76	R\$ 54.523,22	72	R\$ 56.531,56	75
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE EUNAPOLIS – VARA ÚNICA	762,75	R\$ 56.487,37	74	R\$ 57.279,17	75	R\$ 55.377,28	73
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOINHAS – VARA ÚNICA	862,52	R\$ 45.726,09	53	R\$ 43.349,07	50	R\$ 40.625,97	47
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUANAMBI – VARA ÚNICA	1.178,25	R\$ 67.347,58	57	R\$ 63.805,16	54	R\$63.354,99	54
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO – VARA ÚNICA	1.682,71	R\$ 126.194,80	75	R\$ 129.864,00	77	R\$ 135.285,73	80
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABUNA – 1ª e 2ª VARAS	2.692,50	R\$ 77.840,35	29	R\$ 111.437,09	41	R\$ 118.174,42	44
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS – VARA ÚNICA	1.457,42	R\$ 54.948,93	38	R\$ 55.223,27	38	R\$ 57.708,98	40
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA – 1ª e 2ª VARAS	2239,31	R\$ 154.028,60	69	R\$ 132.216,13	59	R\$ 142.148,86	63
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ILHÉUS – VARA ÚNICA	2821,51	R\$ 205.538,41	73	R\$ 200.387,79	71	R\$ 186.959,43	66
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JEQUIÉ – VARA ÚNICA	2829,03	R\$ 136.018,48	48	R\$ 140.192,63	50	R\$ 102.748,42	36
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FEIRA DE SANTANA – 1ª, 2ª e 3ª VARAS	4475,92	R\$ 302.867,00	68	R\$ 274.453,05	61	R\$ 199.517,45	45
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – 6 VARAS	8.093,37	R\$ 592.449,11	73	R\$ 524.217,93	65	R\$ 558.547,69	69
SEDE/ANEXO – 18 VARAS	16.248,33	R\$ 1.279.948,66	79	R\$ 1.113.712,80	69	R\$ 1.116.968,29	69
ARQUIVO	1.236,80	R\$ 11.811,50	10	R\$ 9.511,77	8	R\$ 12.298,55	10
TOTAL	49.980,20	R\$ 3.430.653,38		R\$ 3.154.385,55		R\$ 3.118.576,67	

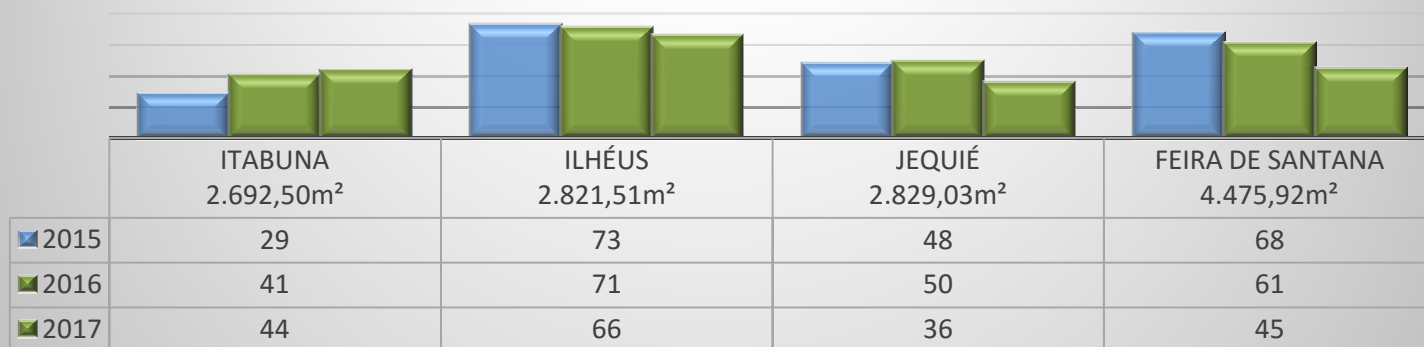
**Gráfico 15 - GASTO RELATIVO (R\$/m²) COM ENERGIA ELÉTRICA SUBSEÇÕES
COM ÁREAS < 1.000m²**



**Gráfico 16 - GASTO RELATIVO (R\$/m²) COM ENERGIA ELÉTRICA
SUBSEÇÕES COM ÁREAS > 1000m² < 2.500m²**



**Gráfico 17 - GASTO RELATIVO (R\$/m²) COM ENERGIA ELÉTRICA
SUBSEÇÕES COM ÁREA > 2.500 m²**



Nos meses de novembro e dezembro de 2017 a Subseção de Guanambi registrou consumo, e consequentemente, gasto, bem abaixo da média daquela Subseção. A concessionária de energia consultada sobre o que poderia ter ocasionado a queda de consumo, considerando que nenhuma causa foi dada pela unidade judiciária, não apresentou nenhuma justificativa. As faturas de novembro e dezembro corresponderam, respectivamente, a R\$336,10 e R\$279,81, quando a média paga durante o ano foi de R\$5.208,37. No processo de pagamento de energia elétrica do ano de 2018(PA SEI 0001405-23.2018.4.01.8004, em 19/02/2018, foi inserida carta da Coelba, informando sobre a inspeção realizada naquela Subseção com a constatação de existência de medidor com perda de inicialização. As faturas foram recalculadas passando os valores, respectivamente, a R\$5.694,82 e R\$5.576,50. Foi providenciada a retificação dos resultados totais com consumo e gasto com energia após o prazo inicialmente estabelecido pelo TRF1 para envio do presente relatório.

Convém relatar que a Subseção Judiciária de Itabuna ocupa o mesmo espaço da Delegacia da Receita Federal, conforme Termo de Compromisso firmado, e tem sua despesa rateada com base no consumo de energia elétrica

ativa registrado nos medidores internos da Subseção, da Receita Federal e da área comum, sendo o valor devido, proporcional ao consumo de cada órgão, acrescido da metade do consumo registrado no medidor do Condomínio. Registre-se ainda que foram incluídas nas faturas valores referentes à cobrança de multa e juros por atraso no pagamento.

Situação semelhante acontece na Subseção de Alagoinhas que compartilha o espaço ocupado pela sede com o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, pois sua sede encontra-se instalada no segundo andar de um prédio do INSS e esta autarquia funciona no térreo e no primeiro andar do mesmo imóvel. O contrato de fornecimento de energia é mantido pelo INSS, cabendo a Justiça Federal ressarcir 38.22% do consumo. O consumo de energia abrange os serviços da Justiça Federal e os do INSS, e os resultados obtidos com as ações relacionadas a redução de consumo de energia na Subseção não implicam diretamente em redução do consumo total de energia.

TEMA 3 – ÁGUA E ESGOTO

Indicador 8 – Água e Esgoto

META – Reduzir o consumo de água e esgoto em 3.000 m³ até 2020 – META NÃO ALCANÇADA

Ações propostas:

- a) Instalação de redutores de vazão nas torneiras de uso comum. (Prazo: 2017) – Foram instalados registros de descargas de duplo acionamento nos banheiros localizados no prédio anexo a fim de reduzir o consumo de água. Realizada avaliação das válvulas do prédio Sede optou-se inicialmente em fazer a regulagem das válvulas (diminuição da vazão de água) tendo em vista a necessidade de intervenção civil. Substituição das válvulas do prédio Anexo (sem intervenção física/civil). Encontra-se em elaboração projeto básico para a aquisição/instalação das novas válvulas.
- b) Reativação do 2º poço artesiano – prédio sede. (Prazo: dezembro/2017). A reativação não foi feita.
- c) Monitoramento dos dados de consumo – acompanhar o consumo de água para identificar, de forma tempestiva, vazamentos nas instalações hidráulicas. (Prazo:2016) Ação contínua. A Seção de Serviços Gerais faz o acompanhamento.

Acompanhamento dos indicadores:

8.1 Consumo de água (m³)

8.1 Consumo de água			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 28.467,43			
Consumo em 2016: 25.995,98			
Consumo em 2017: 27.932,11			
Janeiro	2.261,61	Julho	2.338,34
Fevereiro	1.996,32	Agosto	2.231,85
Março	2.363,20	Setembro	2.307,34
Abril	2.226,15	Outubro	2.265,33
Maio	2.633,86	Novembro	2.508,22
Junho	2.412,12	Dezembro	2.387,77

8.2 Consumo relativo de água

ÁGUA	2015	2016	2017
8.2 – Consumo relativo de água	0,57	0,52	0,56

8.3 Gasto (R\$) com água

8.3 Gasto com água			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$619.208,73			
Gasto em 2016: R\$621.970,88			
Gasto em 2017: R\$757.372,39			
Janeiro	59.114,77	Julho	61.940,43
Fevereiro	52.430,61	Agosto	62.960,49
Março	61.723,84	Setembro	65.351,04
Abril	56.862,73	Outubro	63.950,73
Maio	70.500,75	Novembro	71.884,23
Junho	63.066,59	Dezembro	67.586,18

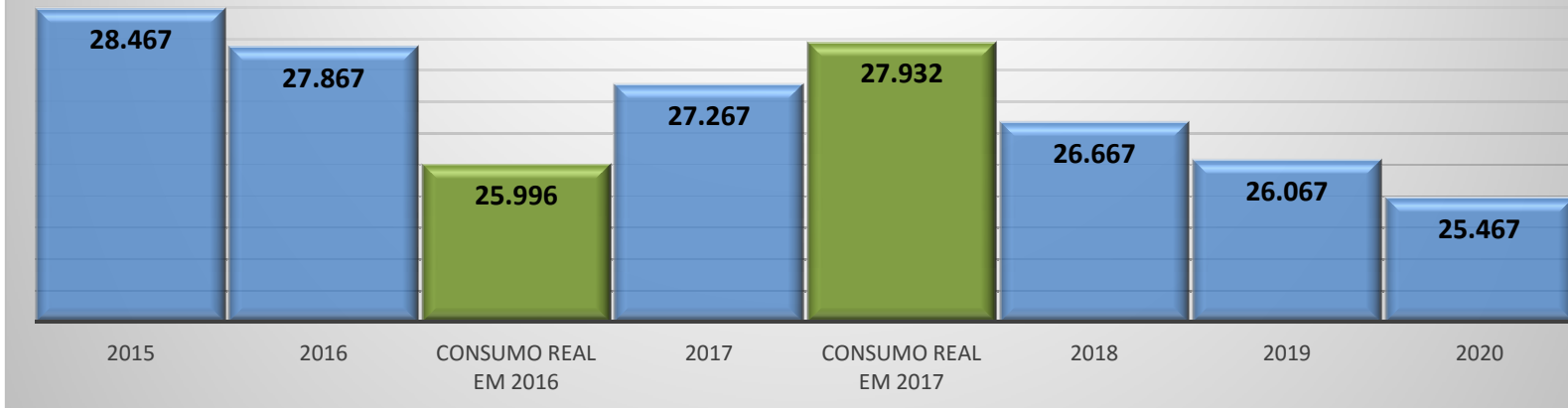
8.4 Gasto relativo com água

ÁGUA	2015	2016	2017
8.4 – Gasto relativo com água	R\$12,39	R\$12,44	R\$15,15

Análise dos resultados:

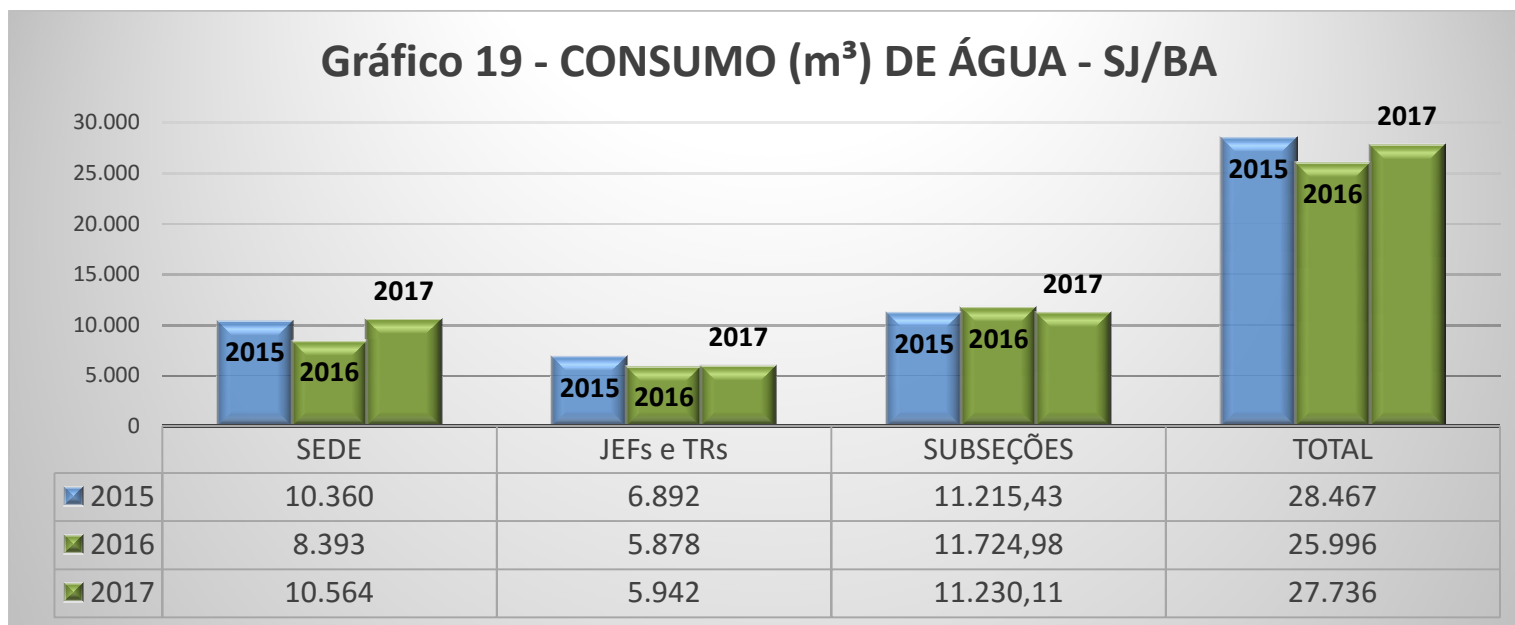
A meta não foi atingida. O consumo de água aumentou em 7,44% (1.936,13 m³). O acréscimo no gasto foi de 21,77% (R\$135.401,51). Os valores das tarifas mensais para serviços de água e esgoto prestado pela Embasa foi reajustado em 8,8% a partir de 06/06/2017.

GRÁFICO 18 - PROJEÇÃO DO CONSUMO ATÉ 2020
META REDUZIR O CONSUMO DE ÁGUA EM 3.000m³ ATÉ 2020 - SJ/BA



A EMBASA – Empresa Baiana de Águas e SANEAMENTO S.A. é a concessionária responsável pelo abastecimento de água e esgoto nos prédios da Sede/Anexo e Juizados Especiais Federais - JEFs da SJ/BA e de 11 Subseções (Barreiras, Campo Formoso, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Irecê, Ilhéus, Jequié, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista); nos municípios de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa e Juazeiro o abastecimento é feito pela SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto e na Subseção de Itabuna, pela EMASA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento S.A. Observa-se nas faturas variação nas tarifas de água e esgotos destas 3 prestadoras de serviço. O consumo de água referente ao prédio ocupado pelo Arquivo Judicial, em 2017, foi de 196m³ e o gasto de R\$2.694,06.

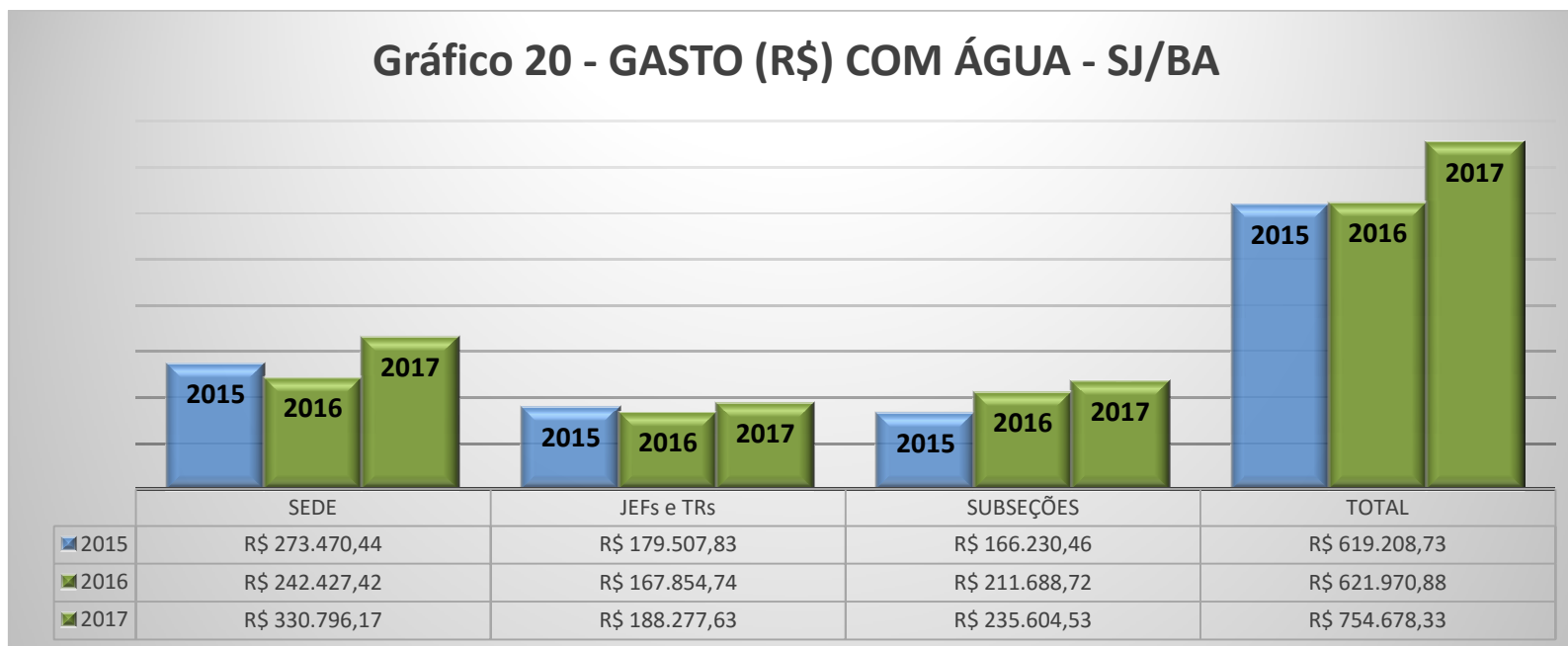
Gráfico 19 - CONSUMO (m³) DE ÁGUA - SJ/BA



No prédio Sede houve aumento de 25,87% (2.171m³) no consumo de água em 2017 e aumento no gasto de (R\$88.368,75). Em maio de 2017 houve aumento considerável no consumo de água do prédio sede, registrado na fatura, provavelmente, decorrente da lavagem dos reservatórios, cuja retirada não é reaproveitada. Ainda nesse ano ocorreram vazamentos, que foram de pronto resolvidos, e ainda um dano ocorrido com um dispositivo sprinkler (utilizado no combate a incêndios) que foi acionado acidentalmente. Também ocorreram no prédio sede as comemorações do jubileu da Justiça Federal e os preparativos para o evento devem ter contribuído para o aumento do consumo (lavagem de salões, paredes etc).

No prédio dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, ambos localizados em Salvador, houve aumento no consumo de 1,08% (64 m³), e aumento no gasto de 12,17% (R\$20.422,89).

Gráfico 20 - GASTO (R\$) COM ÁGUA - SJ/BA



Houve redução no consumo de água nas seguintes Subseções: Irecê (52%), Campo Formoso (28%), Barreiras (14%), Bom Jesus da Lapa (18%), Paulo Afonso (3%), Itabuna (12%), Jequié (8%) e Feira de Santana (24%). Nas demais Subseções ocorreu aumento do consumo de água, destacando-se, negativamente, a Subseção de Ilhéus que aumentou seu consumo em 38% em relação ao ano de 2016.

Quanto ao gasto, percebe-se uma elevação de 105% na Subseção de Guanambi, provavelmente em razão da construção da nova sede. As Subseções que apresentaram resultados satisfatórios no gasto com água em 2017 foram: de Irecê (54%), Campo Formoso (23%), Bom Jesus da Lapa (30%), Itabuna (23%) e Feira de Santana.

As tabelas 13 e 14, a seguir, registram os dados de consumo de água e gasto relativo por unidade administrativa:

TABELA 13 – CONSUMO RELATIVO DE ÁGUA - (m³/m²)				
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	ÁREA (m²)	2015	2016	2017
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IRECÊ – VARA ÚNICA	598,96	0,57	0,89	0,43
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO FORMOSO – VARA ÚNICA	681,78	0,43	0,43	0,31
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO – VARA ÚNICA	658,23	0,83	0,79	0,85
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS - VARA ÚNICA	702,54	1,18	1,30	1,12
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BOM JESUS DA LAPA – VARA ÚNICA	758,27	0,63	0,39	0,32
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE EUNÁPOLIS - VARA ÚNICA	762,75	0,34	0,62	0,63
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIAVARA ÚNICA DE ALAGOINHAS	862,52	0,42	0,47	0,56
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUANAMBI - VARA ÚNICA	1.178,25	0,49	0,52	0,57
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO – VARA ÚNICA	1.682,71	0,30	0,38	0,37
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABUNA – 1ª e 2ª VARAS	2.692,50	0,37	0,41	0,36
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS – VARA ÚNICA	1.457,42	0,31	0,32	0,34
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA – 1ª e 2ª VARAS	2239,31	0,46	0,57	0,64
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ILHÉUS – VARA ÚNICA	2821,51	0,31	0,32	0,45
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JEQUIÉ – VARA ÚNICA	2829,03	0,53	0,61	0,56
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FEIRA DE SANTANA – 1ª, 2ª e 3ª VARAS	4475,92	0,48	0,35	0,26
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – 6 VARAS	8.093,37	0,85	0,73	0,73
SEDE/ANEXO – 18 VARAS	16.248,33	0,64	0,52	0,65
ARQUIVO	1.236,80	0,00	0,00	0,16
TOTAL	49980,20			

TABELA 14 – GASTO RELATIVO COM ÁGUA - (R\$/m²)				
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	ÁREA (m²)	2015	2016	2017
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IRECÊ – VARA ÚNICA	598,96	R\$ 5,87	R\$ 10,87	R\$ 4,95
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO FORMOSO – VARA ÚNICA	681,78	R\$ 4,27	R\$ 4,52	R\$ 3,48
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO – VARA ÚNICA	658,23	R\$10,60	R\$ 11,62	R\$ 14,17
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS - VARA ÚNICA	702,54	R\$14,69	R\$ 21,27	R\$ 30,29
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BOM JESUS DA LAPA – VARA ÚNICA	758,27	R\$ 4,79	R\$ 3,13	R\$ 2,19
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE EUNÁPOLIS - VARA ÚNICA	762,75	R\$ 3,16	R\$ 7,66	R\$ 8,51
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIAVARA ÚNICA DE ALAGOINHAS	862,52	R\$ 4,94	R\$ 6,07	R\$ 8,54
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUANAMBI - VARA ÚNICA	1.178,25	R\$ 5,45	R\$ 6,62	R\$ 13,57
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO – VARA ÚNICA	1.682,71	R\$ 4,82	R\$ 7,87	R\$ 9,03
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABUNA – 1ª e 2ª VARAS	2.692,50	R\$ 8,63	R\$ 10,36	R\$ 7,98
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS – VARA ÚNICA	1.457,42	R\$ 4,44	R\$ 5,11	R\$ 5,98
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA – 1ª e 2ª VARAS	2239,31	R\$ 5,95	R\$ 8,31	R\$ 10,24
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ILHÉUS – VARA ÚNICA	2821,51	R\$ 6,91	R\$ 7,96	R\$ 12,77
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JEQUIÉ – VARA ÚNICA	2829,03	R\$12,75	R\$ 16,18	R\$ 16,07
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FEIRA DE SANTANA – 1ª, 2ª e 3ª VARAS	4475,92	R\$ 4,26	R\$ 5,10	R\$ 4,10
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – 6 VARAS	8.093,37	R\$22,18	R\$ 20,74	R\$ 23,26
SEDE/ANEXO – 18 VARAS	16.248,33	R\$16,83	R\$ 14,92	R\$ 20,36
ARQUIVO	1.236,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2,18
TOTAL	49980,20			

**Gráfico 21 - GASTO RELATIVO (R\$/m²) COM ÁGUA -
SUBSEÇÕES COM ÁREAS < 1.000m²**



**Gráfico 22 - GASTO RELATIVO (R\$/m²) COM ÁGUA -
SUBSEÇÕES COM ÁREAS > 1.000m² < 2.500m²**

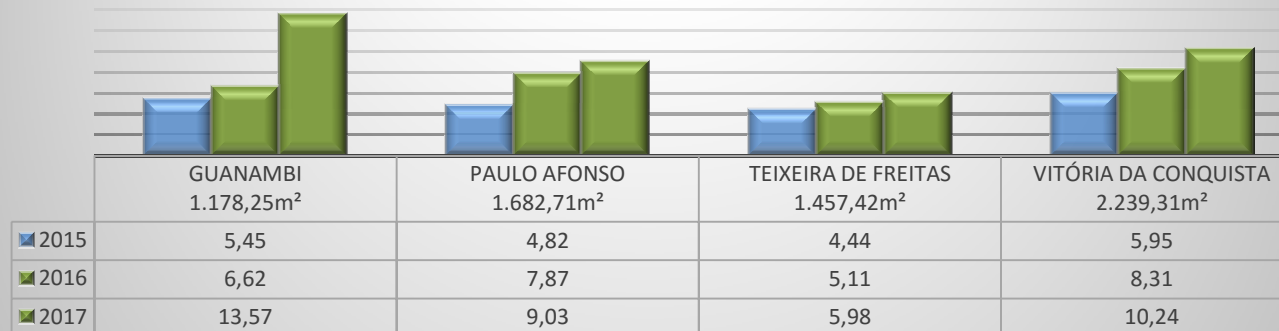
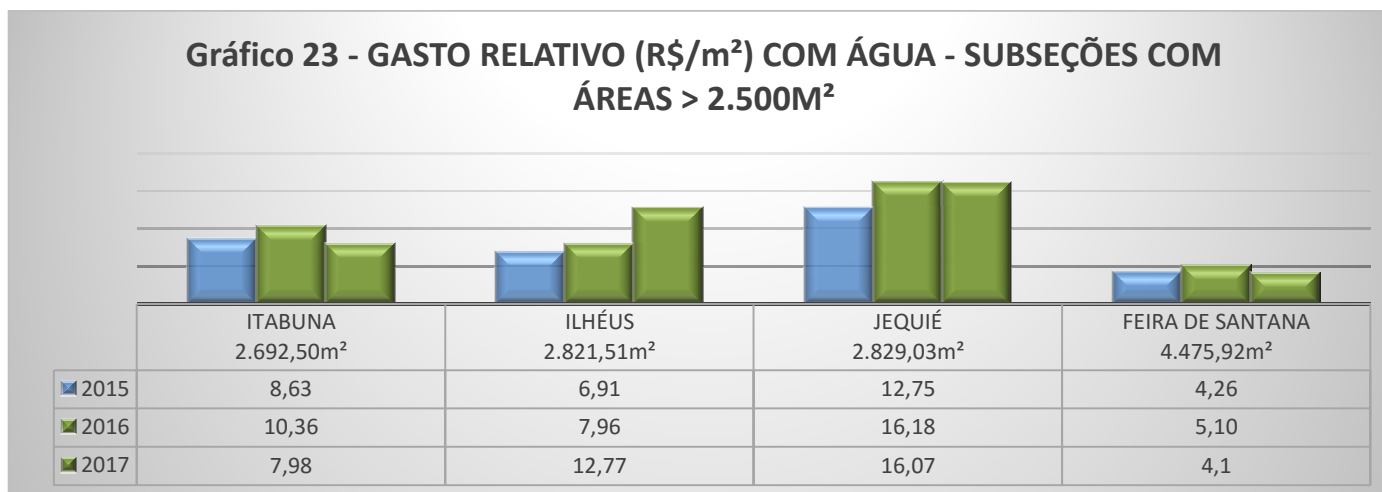


Gráfico 23 - GASTO RELATIVO (R\$/m²) COM ÁGUA - SUBSEÇÕES COM ÁREAS > 2.500M²



TEMA 4 – GESTÃO DE RESÍDUOS

Indicador 9 – Gestão de resíduos

META – Manter descarte ecologicamente correto – META ALCANÇADA

Ações propostas:

- a) Descarte de lâmpadas usadas - manutenção da atual parceria com a SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Prazo: ação contínua) – foram encaminhadas 845 lâmpadas para descarte em 2017.
- b) Coleta e descarte de papel – manutenção da atual parceria com a SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Prazo: ação contínua) A Seção de Serviços Gerais informa a impossibilidade de contabilizar a quantidade de papel descartado.

c) Coleta de eletroeletrônicos – parceria com a SAEB - Secretaria de Administração do Estado da Bahia, Programa Recycle Já Bahia com a Campanha CAB + VERDE, com a recepção dos equipamentos eletrônicos quebrados ou obsoletos trazidos de casa pelos servidores e cidadãos de Salvador (Prazo: dezembro/2016) – A Seção de Serviços Gerais informa a impossibilidade de contabilizar a quantidade de equipamentos descartados.

Acompanhamento dos indicadores:

GESTÃO DE RESÍDUOS	2015	2016	2017
9.1 - Destinação de papel*	1.230kg	4.200kg	6.992kg
9.8 - Destinação de suprimentos de impressão	443	440	452
9.10 - Destinação de lâmpadas	802	458	845

Análise dos resultados:

A coleta seletiva ainda não foi implementada nesta seccional. Não ocorre nesta SJ/BA descarte de plásticos (item 9.2), metais (item 9.3), vidros (item 9.4), resíduos de informática (item 9.7), pilhas e baterias (item 9.9), resíduos de saúde (item 9.11) e resíduos de obras e reformas (item 9.12). Apenas são descartados: lâmpadas, papel, eletroeletrônicos e cartuchos e toners de impressoras. Estes últimos doados para as Voluntárias Sociais da Bahia, conforme autorizado em processo administrativo.

* O quantitativo de papel informado no item 9.1 refere-se ao descarte de processos judiciais baixados e encaminhados para descarte para a Cooperativa de Catadores de Papel COOPERBRAVA.

Indicador 10 – Reformas

Nenhuma ação ou meta prevista para este indicador. Os gastos (item 10.1) são referentes às reformas do complexo de imóveis e do datacenter.

Acompanhamento dos indicadores:

REFORMAS	2015	2016	2017
10.1 - Gasto com reformas no período-base	R\$ 1.380.796,73	R\$246.935,40	R\$360.773,56
10.2 - Gasto com reformas no período de referência		R\$1.380.796,73	R\$246.935,40
10.3 – Variação dos gastos com reformas		-82%	46%

Indicador 11 – Limpeza

Nenhuma ação ou meta prevista para este indicador. As despesas com material de limpeza (item 11.6) são computadas no preço do contrato de prestação de serviços de limpeza.

Acompanhamento dos indicadores

LIMPEZA	2015	2016	2017
11.1 - Gastos com contratos de limpeza no período-base	R\$ 3.889.942,09	R\$4.726.979,06	R\$4.867.414,05
11.2 - Área contratada em m ²	49.980,20	49.980,20	49.980,20
11.3 - Gasto relativo com contratos de limpeza (R\$/m ²)	77,83	94,58	97,39
11.4 - Gastos com contratos de limpeza no período de referência	R\$ 2.992.716,27	R\$ 3.889.942,09	R\$4.726.979,06
11.5 - Variação dos gastos com contratos de limpeza	29,98%	21,52%	2,97%
11.6 - Gasto com material de limpeza	0,00	0,00	0,00

Indicador 12 – Vigilância

Nenhuma ação ou meta prevista para este indicador.

Acompanhamento dos indicadores

VIGILÂNCIA	2015	2016	2017
12.1 - Gastos contratos vigilância armada no período-base	R\$ 6.121.084,34	R\$7.575.374,51	R\$8.160.118,53
12.2 - Quantidade de postos de vigilância armada	89	89	93
12.3 - Gasto relativo com vigilância	R\$ 68.776,23	R\$85.116,57	R\$87.743,21
12.7 - Gasto total contratos vigilância no período de referência (ano anterior ao questionário)	R\$ 5.494.770,24	R\$6.121.084,34	R\$ 7.575.374,51
12.8 - Variação dos gastos com contratos de vigilância	11,40 %	23,76 %	7,72%

Os itens 12.4, 12.5, 12.6 referem-se a gasto e quantidade de postos de vigilância desarmada. Não se aplicam a esta Seção Judiciária.

Indicador 13 – Veículos

Nenhuma meta prevista para este indicador.

Acompanhamento dos indicadores:

VEÍCULOS	2015	2016	2017
13.1 - Quilometragem	207.377	205.693	235.609
13.2 - Quantidade de veículos a gasolina	21	21	7
13.4 - Quantidade de veículos flex	40	40	40
13.5 - Quantidade de veículos a diesel	17	17	17
13.9 – Quantidade de veículos	78	78	64
13.10 - Quantidade de veículos de serviço	27	27	28
13.11 - Usuários por veículo de serviço	72,33	72,59	70,68
13.12 - Quantidade de veículos para transporte de magistrados	35	35	36
13.13 - Usuários por veículo de magistrado	1,86	1,86	2,36
13.14 - Gasto com manutenção de veículos	R\$ 176.857,00	R\$226.331,16	R\$195.136,35
13.15 - Gasto relativo com manutenção dos veículos	R\$2.267,40	R\$2.901,68	R\$3.049,00

Os itens 13.3 (quantidade de veículo a etanol), 13.6 (quantidade de veículos a gás natural), 13.7 (quantidade de veículos híbridos), 13.8 (quantidade de veículos elétricos), 13.16 (gastos com contratos de motoristas) e 13.17 (gasto relativo com contrato de motoristas) não se aplicam a esta seccional.

Foi efetuada a correção do valor anteriormente informado com manutenção de veículos em 2016, o que invalidou a análise dos resultados apresentada naquele ano.

Análise dos resultados:

Foram adquiridos 3 veículos flex, recebidos definitivamente em 05/01/2018. Dos 78 veículos informados em 2015, 16 estavam em processo de desfazimento, conforme PA SEI 0000174-63.2015.4.01.8004. Foi autorizada pela Direção do Foro a doação de 14 veículos em 2017.

O gasto com manutenção de veículos sofreu redução de 13,78%, em relação ao ano de 2016, economia de R\$31.194,81. A situação da frota, conforme Relatório de Atividades/2017, é a seguinte: 19 veículos foram classificados como em estado de conservação excelente, 25 como ótimo, 08 como bom e 12 como ruim. A idade média da frota de veículos desta seccional é de 7 (sete) anos.

A Seção de Vigilância e Transporte passou a utilizar programa para gerenciamento de administração de frota – SISTRA – Sistema Informatizado de Solicitação de Transporte (sistema utilizado pelo Tribunal e algumas Seccionais). O SISTRA permite o controle das requisições, o registro dos quilômetros rodados, o custo do combustível e a manutenção dos veículos individualmente. O sistema que também contribui para a economia de papel, tendo em vista que substitui o formulário de requisição de viatura, está sendo utilizado na capital e encontra-se em fase de implementação nas Subseções. A manutenção dos veículos é realizada mediante contratação de empresa que presta serviços de implantação e operação de um sistema informatizado de administração e gerenciamento de despesas de manutenção automotiva preventiva e corretiva com fornecimento de peças e que atende aos veículos oficiais da Sede e das Subseções Judiciárias.

TEMA 5 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Indicador 15 – Qualidade de Vida

METAS:

Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho em 0,5% ao ano até 2020 - META NÃO ALCANÇADA

Manter em todos os anos o absenteísmo abaixo ou igual a 3% - META ALCANÇADA

Ações propostas:

a) Campanhas de Promoção de Saúde

- campanhas de vacinação de magistrados, servidores e terceirizados – (Prazo: condicionado à disponibilização de vacinas pelo Ministério da Saúde).

Vacinação contra H1N1	Nº de vacinados	
	2016	2017
Magistrados, servidores, terceirizados e estagiários	194	1.163

- Palestras de promoção da saúde bucal ministradas pelas peritas odontológicas ou profissionais das redes credenciadas ao Pro-Social (Prazo: 1º e 2º semestre de 2016). – Nenhuma palestra realizada no ano de 2017 sobre esse tema.

- Palestras para redução de tabagismo, diabetes, pressão arterial ministradas pela médica do trabalho e pela enfermeira do trabalho (Prazo: 1º e 2º semestre de 2016). Nenhuma palestra realizada no ano de 2017.
 - Ações com foco na promoção da saúde, com a, medição de pressão arterial dos magistrados e servidores, ocular, glicose, acuidade visual, IMC (índice de massa corporal) (Prazo: 1º semestre 2016) – Estas ações fazem parte do EPS.
- b) Atendimento de saúde continuado a servidores e magistrados para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto a situações vivenciadas no âmbito do trabalho, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.**

ATENDIMENTOS MÉDICOS EM 2017	TOTAL
Consulta	533
Exames Periódicos de Saúde	144
Emergência	244
Visita Hospitalar	1
Visita Domiciliar	7
Autorização Internação Clínica/Cirúrgica	263
Autorização de procedimentos cirúrgicos	183
Autorização de Tratamentos Seriadados	1.498
Autorização de Outros Procedimentos	46
Homologação de Atestado	1.397
Junta Médica	221
Exame Pré-admissional	12
Medicação Oral	635
Sinais Vitais(PA/P/T/Peso e altura)	1.390
Paciente em Observação	7
Outros	18
TOTAL	6.599

c) Estímulo à realização dos exames periódicos – acompanhar o estado de saúde dos servidores e magistrados e detectar precocemente o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho. (Prazo: 1º semestre 2016) - Os exames periódicos foram realizados com servidores da sede (Salvador), os servidores das Subseções não participaram em 2016 e 2017 devido à restrição orçamentária do exercício, conforme tabela abaixo:

PARTICIPAÇÃO EXAMES PERIÓDICOS DE SAÚDE – SJ/BA							
ANO	TOTAL DE SERVIDORES DA SJ/BA	SERVIDORES CONVOCADOS	SERVIDORES CONCLUÍDOS	% PARTICIPAÇÃO	MAGISTRADOS CONVOCADOS	MAGISTRADOS CONCLUÍDOS	% PARTICIPAÇÃO
2016	1.009	655	170	26%	43	3	7%
2017	1.004	700	139	19,86%	47	5	10,64%

d) Programa Saúde Bucal em Foco/EPS – acompanhar o estado de saúde dos servidores, magistrados e seus dependentes e detectar precocemente o surgimento de doenças. (Prazo:2016) – informou o Setor de Odontologia que houve aumento considerável na realização de procedimentos de prevenção odontológica na modalidade assistência direta em 2016, mas não foi estabelecida relação entre os atendimentos em odontologia e o EPS. Foram realizados 5.016 atendimentos odontológicos, incluindo consultas, perícias, prevenção e radiologia, em 2016.

ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS EM 2017	TOTAL
Consulta	1.280
Encaminhamento	11
Perícia Inicial	423
Perícia Final	223
Urgência	27
Prevenção	1.760
Periodontia	441
Outros (análise de radiografias)	316
TOTAL	4.481

Acompanhamento dos indicadores:

QUALIDADE DE VIDA	2015	2016	2017
15.1 – Participação em ações de qualidade de vida	40	75	0
15.2 – Quantidade de ações de qualidade de vida	1	2	0
15.3 – Participação relativa em ações de qualidade de vida	1,98	1,85	0
15.4 – Participações em ações solidárias	228	351	324
15.5 – Quantidade de ações solidárias	2	2	1
15.6 – Participação relativa em ações solidárias	5,65	8,65	15,70

Nenhuma ação de inclusão voltada para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (item 15.7).

Análise dos resultados:

Nenhuma ação de qualidade de vida foi implementada no ano de 2017.

Com relação ao absenteísmo e conforme relatório “Planejamento estratégico - Absenteísmo”, extraído do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH, a quantidade de dias relacionada com absenteísmo reduziu de 13.469 dias, em 2015, para 11.259 dias, em 2016 e para 11.022 em 2017. As metas 12 e 13 do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, aprovadas para o período 2015-2020, conforme Glossário de Metas 2016 do Conselho da Justiça Federal – CJF, referem-se à manutenção do índice de absenteísmo de magistrados e servidores abaixo ou igual a 3%.

O quadro a seguir apresenta os quantitativos apontados no relatório de licenças do SARH, referentes unicamente aos dados dos servidores:

Afastamentos dos servidores em dias	2015	2016	2017
Licença para tratamento de saúde	10.513	8.663	8.950
Licença por motivo de doença em pessoa da família	524	815	691
Licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional	114	542	378
TOTAL	11.151	10.020	10.019

Verifica-se incongruência entre os relatórios extraídos do mesmo sistema informatizado SARH. O cálculo da taxa de absenteísmo: N° de dias de afastamento / (total de dias trabalhados x total de servidores) x 100, levando-se em consideração os dados constantes do relatório “Planejamento estratégico” foi:

Em 2015: $(13.469 / (365 \times 1097)) = \underline{3,36\%}$; em 2016: $(11.259 / (365 \times 1074)) = \underline{2,87\%}$ e em 2017: $(11.022 / (365 \times 1076)) = \underline{2,81\%}$.

O cálculo da taxa com base nos relatórios das licenças – tabela foi:

Em 2015: $(11.151/365 \times 1097) \times 100 = \underline{2,78\%}$; em 2016: $(10.020/365 \times 1074) \times 100 = \underline{2,56\%}$ e em 2017: $(10.019/365 \times 1076) = \underline{2,55\%}$.

Qualquer que seja o relatório utilizado para o cálculo denota-se que houve redução no percentual de absenteísmo e que a meta foi atingida, ficando abaixo dos 3% estipulado pelo CJF. A análise isolada dos dados coletados pode não corresponder à realidade. Deve-se considerar, por exemplo, que a simples aposentadoria de um servidor por invalidez, e que registrava afastamentos recorrentes por motivo de saúde durante o ano, pode alterar o índice de absenteísmo.

Em 2017 a Comissão de Ação Social realizou a confraternização natalina dos funcionários terceirizados da Seccional, com a doação voluntária de 324 servidores e magistrados que contribuíram com a aquisição de 255 kits de brinde para os funcionários.

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O tema 6 do PLS/BA incluiu ações relativas aos indicadores “Telefonia” – cujas ações e resultados foram discriminadas anteriormente e “Combustível” tratadas no Tema 7.

Ações propostas:

- a) Otimizar lavagem de veículos – adotar a lavagem ecológica (lavagem a seco) dos veículos com ampliação dos intervalos entre as lavagens (Prazo:2016) – Não foi implementada devido à restrição orçamentária neste exercício. Prazo foi prorrogado.
- b) Utilização de software da empresa contratada para fornecimento de combustíveis de forma priorizar a utilização de biocombustíveis: Etanol e Biodiesel, na medida em que seja economicamente viável. (Prazo: 2016) – Não foi consumido etanol/biodiesel no ano de 2016/2017.

TEMA 7 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS

Indicador 14 – Combustível

Nenhuma meta prevista para este indicador.

Ação proposta:

- a) Otimizar viagens de serviço com melhor planejamento de forma a reduzir gastos com combustível. Atingir maior eficiência no planejamento de rotas dos veículos da SJBA e dos oficiais de justiça das Subseções, de forma a reduzir custos com combustíveis e o desgaste dos veículos. (Prazo: 2016) – A Seção de Vigilância e transporte informa efetuar a programação de todas as solicitações de transporte de Juízes, servidores e materiais diversos, planejando os horários e percursos que efetivamente proporcionem economia de tempo e recursos. Ação contínua.

Acompanhamento dos indicadores:

14.1 Consumo de gasolina

14.1 Consumo de gasolina			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 20.955,47			
Consumo em 2016: 21.255,07			
Consumo em 2017: 21.173,95			
Janeiro	1.178,97	Julho	1.411,33
Fevereiro	1.744,28	Agosto	1.993,27
Março	2.670,45	Setembro	1.770,66
Abril	1.857,05	Outubro	1.726,64
Maio	2.141,03	Novembro	1.746,05
Junho	1.578,00	Dezembro	1.356,22

14.3 Consumo de diesel

14.3 Consumo de diesel			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 7.383,15			
Consumo em 2016: 5.013,06			
Consumo em 2017: 6.655			
Janeiro	258,47	Julho	476,71
Fevereiro	198,16	Agosto	657,15
Março	317,47	Setembro	470,38
Abril	340,50	Outubro	445,03
Maio	1.319,01	Novembro	311,17
Junho	700,21	Dezembro	1.160,76

Não foi consumido etanol (item 14.2) durante o ano de 2017 por esta seccional. A SJ/BA não possui veículo movido a gás natural (item 14.4).

104

COMBUSTÍVEL	2015	2016	2017
14.1 - Consumo de gasolina	20.955,47	21.255,07	21.173,95
14.3 - Consumo de diesel	7.383,15	5.013,06	6.655
14.5 - Consumo relativo de (álcool) e gasolina (litro/veículo)	343,53	348,43	450,51
14.6 - Consumo relativo de diesel (litro/veículo)	434,30	294,90	391,47

Análise dos resultados:

Houve redução inexpressiva no consumo de gasolina de 0,38% e aumento do consumo de diesel em 32,75%. O aumento do consumo de diesel não é uma boa alternativa, tendo em vista que o diesel é o mais poluente dos combustíveis, gera carbono negro nocivo à saúde e agrava o efeito estufa. O glossário da Resolução CNJ 201/2015

não incluiu “gastos com combustíveis” como fator para monitoramento pelo preenchimento do Questionário CNJ. O fornecimento de combustível é efetivado na SJ/BA mediante contratação de empresa com sistema informatizado para gerenciamento do abastecimento. O gasto total, apurado conforme notas fiscais inseridas nos respectivos processos eletrônicos, referentes aos contratos nº 100/2014, 97/2015, 12/2016 e 97/2016 foi:

COMBUSTÍVEL	2015	2016	2017
Gasto total com combustível (gasolina e diesel)	R\$96.726,46	R\$96.686,77	R\$103.275,32
Quantidade de veículos	62	62	62*
Gasto relativo com combustível (gasolina e diesel)	R\$1.560,10	R\$1.559,46	R\$1.665,73
Quantidade de KM rodados/quantidade total de combustível	7,32km/litro	7,83km/litro	8,46km/litro
Quantidade de KM rodados/quantidade de veículos	3.344,79km/veículo	3.317,63km/veículo	3.800,14km/veículo

*Do total de 67 veículos existentes nesta Seção Judiciária, 05 (cinco) estão em processo de alienação por estarem fora de uso, portanto, para os cálculos considerou-se a quantidade de 62 veículos. Conforme PA SEI 0000174-63.2015.4.01.8004, foi autorizada, em março de 2017, a baixa patrimonial de 14 veículos a gasolina, classificados pela Comissão Especial de Desfazimento de Veículos da SJ/BA como antieconômicos e que foram doados para diversas instituições habilitadas conforme Edital nº02/2017 de Desfazimento de Material Permanente.

No final de 2017 foram adquiridos 3 veículos flex.

O gasto com combustível aumentou em 6,81% e houve um aumento de 8,04% na relação quilometragem e quantidade de combustível, denotando melhora de rendimento dos veículos na utilização dos combustíveis, embora o uso do diesel, combustível que mais impacta o meio ambiente tenha contribuído para esse resultado.

TEMA 8 – SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA

Indicador 16 – Capacitação Socioambiental

META – Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Res.Presi 4/16 até 2020 – META ALCANÇADA

Ações propostas

a) Campanha de sensibilização da força de trabalho nas questões relacionadas à gestão socioambiental. (Prazo: junho/2016) – foram publicadas durante o ano de 2017 matérias sobre conscientização ecológica no jornal diário de circulação interna – Justiça Federal Hoje - JFH. Foram abordados assuntos como: redução de consumo de papel (“Menos papel mais vida”) e copos no Judiciário; atuação deficiente no nível central de governo e baixa evolução na adoção de critérios e práticas sustentáveis nas contratações dos órgãos da administração pública (fonte:TCU); acordo de cooperação técnica entre esta seccional e outros órgãos do Poder Judiciário da Bahia em prol da sustentabilidade e sobre o curso e oficina de capacitação sobre o PLS; avanço do judiciário em sustentabilidade (fonte:CNJ); divulgação do evento sobre sustentabilidade promovidos pelo STJ e TCU - Panorama e Estratégias de Gestão e IV Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Judiciário; aprovação do PLS do CJF; TJ sustentável – competição para premiação pela Justiça Paulista dos prédios que reduzirem o consumo, de energia, água e papel sulfite; atingimento das metas de sustentabilidade pela região Sudeste (fonte: CNJ).

Na coluna “Área Verde” – projeto “Justiça sem papel”, de redução de 50% do papel usado na Justiça do Amazonas; embalagem comestível feita de cana, bambu e arroz – denominadas bioembalagens; importância do uso da ecofonte; vantagens do uso do papel reciclado; uso desenfreado do plástico responsável pela poluição dos oceanos e ameaçando a saúde. Ação contínua.

b) Divulgação constante dos resultados dos indicadores e das metas do PLS-TRF1. (Prazo: junho/2016) – publicação no portal do TRF1 de gráficos dos indicadores de consumo: papel, copo, água e energia elétrica. Ação contínua.

Acompanhamento dos indicadores:

CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	2015	2016	2017
16.1 Ações de capacitação e sensibilização	1	1	3
16.2 - Participação em ações de sensibilização e capacitação	43	8	77
16.3 - Participação relativa em capacitação e sensibilização	2,13	0,40	1,24

CONCLUSÃO

Os resultados apurados apontam que dos indicadores avaliados, 6 (seis) cumpriram a meta estipulada no PLS/BA:

METAS ALCANÇADAS:

- 1 - redução do consumo de copos descartáveis;
- 2 - redução do gasto com telefonia fixa;
- 3 - redução do consumo de energia elétrica;
- 4 - manutenção do descarte ecologicamente correto (gestão de resíduos);
- 5 - manutenção do índice de absenteísmo abaixo de 3%;

6 - e implantação de pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 (qualidade de vida).

Duas metas não foram alcançadas: 7 - redução do consumo de papel em 3% ao ano; 8 - ampliação da participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho em 0,5% ao ano.

A meta pretendida para o indicador “Impressão” abrangeu redução de consumo de papel, cartuchos/tonners e energia elétrica, e deverá ser ajustada em 2018 pela inexistência de sistema para gerenciamento de impressões.

Não foram estabelecidas ações e/ou metas para 5 (cinco) indicadores: água mineral; reformas; limpeza; vigilância; veículos e combustível.

Os fatores determinantes para os resultados apurados foram principalmente a falta de conscientização ecológica do corpo funcional e o contingenciamento orçamentário a que foi submetida a Seção Judiciária da Bahia.

A restrição orçamentária contribuiu positivamente e negativamente para o desempenho do Plano de Logística Sustentável. Foi crucial, por exemplo, na redução do consumo de energia elétrica na sede desta seccional a edição da Portaria DIREF 55, instituída com o objetivo de regulamentar o horário de funcionamento de equipamentos elétricos para propiciar redução de gastos. Mas, inviabilizou a implementação de várias ações propostas.

A revisão do PLS/BA deverá abordar prioritariamente os seguintes aspectos:

I - Criação de grupos executivos, diante da complexidade dos vários temas tratados e da importância de ampliar a participação dos servidores na gestão sustentável seguindo modelo já adotado pelo TRF1.

II – Proposição de ações e/ou estabelecimento de metas para os indicadores que não fizeram parte do PLS de 2016, com inclusão de propostas das Subseções;

III – Elaboração do Inventário de Bens adquiridos com critérios de sustentabilidade;

IV – Estimular a capacitação socioambiental dos servidores;

V – Promoção de estudos técnicos para viabilizar a coleta seletiva mediante elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Seccional;

VI – Inclusão das Subseções Judiciárias no PLS como unidades responsáveis por implementação e monitoramento de ações sustentáveis.